



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Diretoria de Documentação Judiciária  
**B I B L I O T E C A**

# **INFORME BIBLIOGRÁFICO**

## **SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES**

**RECIFE**

**JANEIRO**

**2011**



# Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

## INFORMATIVO

FECHAMENTO: 17/12/2010 – EXPEDIÇÃO: 19/12/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 816/803 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 51

### Sumário

#### ATOS DO EXECUTIVO

- Fiscalização de tributos – Pessoas físicas e jurídicas – Acompanhamento econômico-tributário diferenciado .....815

#### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CJF:** Recesso forense – Funcionamento e suspensão dos prazos processuais .....815
- **CNJ:** Recesso forense – Suspensão dos prazos processuais .....815
- **TJ-RS:** Tabela de custas – Recursos de agravo de instrumento – Novos valores .....814
- **TJ-RS:** Tabela de custas – Recursos de apelação – Novos valores.....814
- **TRF-3ª R.:** Juizados Especiais Federais – Distribuição eletrônica de processos – Alteração....813

#### ATOS DO LEGISLATIVO

- Contrato de trabalho – Justa causa por inadimplência do empregado bancário – Revogação do artigo 508 da CLT.....813

#### DOCTRINAS

- A cláusula de permanência no contrato de trabalho – **Thiago Nogueira Pinho**.....812
- Guerra no Rio de Janeiro: vencer não é convencer – **Luiz Flávio Gomes**.....811
- Ônibus à etanol em São Paulo: as normas e o interesse público – **Carlos Eduardo Moreira Valentim**.....810

#### ESTUDO DE CASOS

- Crimes contra a dignidade sexual – Continuidade delitiva .....809
- União estável – Reconhecimento ou declaração – Prova – Ônus do Autor .....806

#### NOTICIÁRIO

- **Destaques**.....804
- Álcool e drogas: empregado obrigado a fazer exames é indenizado
- “McLanche Feliz”: venda é proibida em cidades dos EUA
- Ofensa contra ex-marido: imunidade profissional não isenta advogada
- Paternidade x anulação de registro: STJ decide propositura de ação
- “Sem sigilo”: processo contra presidente do STJ tramitará sem segredo
- Sigilo bancário: quebra somente poderá ocorrer por ordem judicial
- **Projetos de lei** .....803
- Abrangência da Lei Maria da Penha para agressão de namorado
- Estatuto das Famílias
- Majoração da pena para cárcere privado
- Mudanças na Lei Kandir
- Penalidade grave para quem fuma no volante
- Proibição da demissão por justa causa em caso de embriaguez
- TST como órgão de cúpula do Poder Judiciário Nacional
- **SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL**
- Pesquisa de 13-12 a 17-12-2010.....803

## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 17/12/2010 – EXPEDIÇÃO: 19/12/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 816/801 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 51

### TEMAS EM DESTAQUE

#### PROCESSO CIVIL

##### **Ação consignatória**

♦ A ação de consignação em pagamento é via própria e adequada nos casos em que o credor da obrigação encontra-se em local incerto e não sabido.

##### **Justiça gratuita**

♦ É dado ao “ex-adverso” da parte que requereu a justiça gratuita, impugnar referido pedido, devendo produzir provas de que o impugnado não faz jus ao benefício.

#### CIVIL E COMERCIAL

##### **Guarda de menor**

♦ Para definição da guarda, deve-se atender precipuamente os interesses e as necessidades da criança, de ordem afetiva, social, cultural e econômica.

##### **Seguro**

♦ O incêndio em imóvel segurado, se não o atinge totalmente, deve ser indenizado pelo valor dos danos causados, até o limite contratado.

#### PENAL E PROCESSO

##### **Habeas corpus**

♦ A qualificadora por uso de arma branca, só influi na dosimetria da pena mediante apreensão e realização de perícia, salvo se ela tiver sido efetivamente usada.

##### **Violência doméstica e familiar**

♦ Em crimes de violência doméstica, a palavra firme e convicta da vítima assume especial relevância, ainda mais que a intenção é apontar o verdadeiro culpado.

#### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### **Contrato de trabalho**

♦ Nulo o contrato de trabalho cuja prestação de serviços está vinculada à exploração de atividade ilegal, impossibilitando guarida por esta Justiça Especializada.

##### **Empregado doméstico**

♦ A jurisprudência do TST tem se firmado no sentido de que os empregados domésticos têm direito às férias proporcionais.

#### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### **Fiscalização profissional**

♦ Inexiste legislação federal que regule a profissão de optometrista, estando expressamente proibida a instalação de consultório por esse profissional.

##### **Serventia extrajudicial**

♦ Em caso de danos resultantes da atividade estatal delegada pelo Poder Público, há responsabilidade objetiva do notário e apenas subsidiária do ente estatal.

#### TRIBUTÁRIO

##### **Execução fiscal**

♦ Não havendo citação graças a desídia do Poder Judiciário, torna-se impenível a aplicação da Súmula 106 do STJ, ocasionando a não justificação da prescrição.

##### **Imposto predial e territorial urbano**

♦ O prazo para o exercício da ação de cobrança do IPTU flui da data fixada em lei para o seu pagamento, ou seja, quando o crédito tornou-se exigível.



**Adv**  
ADVOCACIA DINÂMICA

## INFORMATIVO

FECHAMENTO: 21/12/2010 – EXPEDIÇÃO: 26/12/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 832/817 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 52



Desejamos a todos os assinantes um 2011 repleto de luz, sucesso, amor, paz, saúde e prosperidade, retomando o caminho para uma vida cada vez mais feliz e plena, e fortalecendo o nosso empenho em oferecer a qualidade e atualização necessárias aos operadores do Direito. São os votos da Equipe Técnica ADV/COAD

### Sumário

#### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CGJ-MG:** Crianças e adolescentes – Concessão de autorização de viagem para o exterior.....831
- **TRF-2ª R.:** Controle da prescrição – Feitos criminais – Regulamentação.....831
- **STJ:** Custas judiciais – Porte de remessa e retorno – Novos valores.....830
- **STJ:** Decisões com repercussão para a União – Procedimentos para o cumprimento.....829

#### DOCTRINAS

- Alerta vermelho contra o artigo 73 do próximo CPC – **Francisco César Pinheiro Rodrigues**.....828
- A PEC 473/2001 e a nomeação dos ministros do STF – **Luiz Fernando Gama Pellegrini** .....826
- Por que o *franchising* está tão longe da governança? – **Thais Mayumi Kurita**.....824

#### ESTUDO DE CASOS

- Linha telefônica – Pedido de cancelamento .....824
- Seguro de veículo – Omissão de informações – Recebimento do prêmio.....821

#### NOTICIÁRIO

- Destaques**.....819
- Custas: TST disponibiliza novo procedimento em 2011
- Expurgos: liquidações individuais de decisão coletiva são possíveis
- Opção sexual: empresa indenizará trabalhador por discriminação
- Penhora: intimação de todos os executados é obrigatória
- Precatórios: Resolução do CNJ continuará em vigor
- *Recall*: regra sobre informação no Renavam é publicada
- Regime domiciliar: inaplicável em casos de síndrome do pânico
- Projetos de lei** .....818
- Cadastro nacional de pacientes
- Controle e benefícios ao trabalho de presos
- Inexistência de responsabilidade do consumidor por roubo de cartão
- Obrigatoriedade em adicionar ácido fólico à farinha de mandioca
- Permissão para cópia de livros aos alunos de mestrado e doutorado
- Concursos públicos** .....817

## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 21/12/2010 – EXPEDIÇÃO: 26/12/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 832/817 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 52

### TEMAS EM DESTAQUE

#### PROCESSO CIVIL

##### Embargos do devedor

♦ Possível a penhora de parte do bem que não se caracteriza como de família quando não houver prejuízo para a área residencial do imóvel também usado para o comércio.

##### Revelia

♦ O termo inicial do prazo, para apelar, do réu que se encontra revel é a publicação da sentença em cartório, e não a intimação de referido ato judicial na imprensa oficial.

#### CIVIL E COMERCIAL

##### Aval

♦ Após o Código Civil de 2002 é imprescindível que o aval conte com a outorga uxória, sob pena de nulidade.

##### Vizinhança

♦ As divisas entre propriedades rurais limítrofes são comuns, cabendo a cada confrontante arcar com a metade das despesas da construção e/ou conservação.

#### PENAL E PROCESSO

##### Apropriação indébita

♦ Caracteriza o crime de apropriação indébita se a arrematação é anulada e o leiloeiro, intimado para devolver o valor recebido, não o faz no prazo concedido.

##### Violência doméstica e familiar

♦ A Lei 11.340/2006 não retirou a faculdade de representação da ofendida, nem transformou a ação penal em incondicionada.

#### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### Empregado público

♦ A simples conversão do regime jurídico de trabalhador regido pela CLT à condição de servidor estatutário não autoriza o recebimento de verbas e multas rescisórias.

##### Salário

♦ A alegação de recebimento de salário extra folha deve revestir-se de prova convincente, com o objetivo de infirmar a anotação contida nos recibos salariais.

#### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### Energia elétrica

♦ O Município utiliza o serviço de energia elétrica na qualidade de consumidor final, afastando a possibilidade de invocar imunidade tributária recíproca.

##### Funcionalismo público

♦ Faz jus a servidora gestante, ocupante de cargo em comissão, ao recebimento dos vencimentos durante o período da estabilidade provisória, a partir da exoneração.

#### TRIBUTÁRIO

##### Compensação

♦ O pedido administrativo de compensação formulado pelo contribuinte não tem o condão de interromper o prazo prescricional.

##### Imposto predial e territorial urbano

♦ A imunidade tributária da instituição de ensino sem fins lucrativos não alcança os imóveis desocupados, sendo a mesma responsável pelo pagamento do IPTU.



# INFORMATIVO

FECHAMENTO: 29/12/2010 – EXPEDIÇÃO: 02/01/2011 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 848/833 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 53

## Sumário

### ATOS DO EXECUTIVO

- Estrangeiro – Visto permanente – Concessão às vítimas de tráfico de pessoas .....847
- Trânsito – Auto de infração – Sistema de talão eletrônico .....847

### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CJF:** Cálculos – Aprovação do Manual de Orientação .....847

### ATOS INSTITUCIONAIS

- **ANVISA:** Derivados do tabaco – Embalagens, propagandas e pontos de vendas .....846

### DOCTRINAS

- Bem jurídico tutelado pelos crimes de tortura – **Eduardo Luiz Santos Cabette** .....846
- Cartão de crédito e superendividamento em massa – **João Rafael Furtado** .....843
- O estatuto da ética – **Maria Berenice Dias** .....842

### ESTUDO DE CASOS

- Nunciação de obra nova – Pedido demolitório e indenizatório – Cumulação – Possibilidade .....841
- Vínculo de emprego – Pessoa Jurídica – Fraude .....838

### NOTICIÁRIO

#### Destaques .....836

- Concurso: condenação anterior pode excluir candidato a delegado
- Digitalização dos processos: TRF-2ª Região inaugura sistema
- Exame de Ordem: suspensão de liminar será analisada pelo STF
- Falsificação de documentos: JF é competente para julgar crimes
- Resíduos sólidos: consumidor pode ser multado entre R\$ 50 e R\$ 500
- Telefonia: STJ aplica entendimento sobre apuração de valor de ações
- TR: INSS não pode aplicar índice como fator de correção
- Voo 447: Air France terá que pagar cerca de R\$ 1,2 milhão a família

#### Projetos de lei .....835

- Atribuição de crimes “impropriamente militares” à Justiça Comum
- Benzeno pode ser proibido em refrigerantes
- Facilidade ao acesso de medicamentos gratuitos
- Identificação de divorciado como solteiro
- Limite para cortes de água e de energia
- Pagamento de dívidas com FGTS
- Tipificação do crime de terrorismo
- Tributos suspensos por dois anos para microempresas

#### Concursos Públicos .....833

### SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 23-12 a 29-12-2010 .....833

## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 29/12/2010 – EXPEDIÇÃO: 02/01/2011 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 848/833 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 53

### TEMAS EM DESTAQUE

#### PROCESSO CIVIL

##### Agravo retido

- ♦ A parte deve requerer expressamente, como preliminar do recurso de apelação, que o Tribunal conheça do agravo retido e julgue o mérito dele.

##### Embargos do devedor

- ♦ O prazo para interposição dos embargos do devedor pela Fazenda Pública é de 30 dias contados da juntada aos autos do mandado de citação.

#### CIVIL E COMERCIAL

##### Alimentos

- ♦ Não retroage à data da citação, os efeitos da sentença que fixou os alimentos definitivos em valor inferior ao dos provisórios, anteriormente estabelecidos.

##### Promessa de compra e venda

- ♦ A restituição pelo contratante vendedor, dos valores pagos em promessa de compra e venda de imóvel, deve se dar em uma única parcela, se não pactuado o contrário.

#### PENAL E PROCESSO

##### Livramento condicional

- ♦ Cumprido o prazo do livramento condicional e suas condições, sem a suspensão ou a revogação do benefício pelo Juiz, a pena é automaticamente extinta.

##### Revisão criminal

- ♦ O apensamento dos autos originais da ação penal ao pedido de revisão criminal é uma faculdade do relator.

#### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### Contrato de Trabalho

- ♦ A suspensão do contrato de trabalho durante o prazo de concessão de benefício previdenciário não obsta a fluência da prescrição quinquenal.

##### Penhora

- ♦ É nula a constrição de bem particular de sócio que não consta do título executivo judicial, antes de promovida sua regular citação para pagar ou oferecer bens à penhora.

#### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### Mandado de segurança

- ♦ Havendo erro na indicação da autoridade coatora, deve o juiz extinguir o processo sem julgamento do mérito, sendo vedada a substituição do polo passivo.

##### Processo administrativo disciplinar

- ♦ A decisão que determina a instauração de processo administrativo e afasta o magistrado do exercício de suas funções pode ser tomada por maioria simples.

#### TRIBUTÁRIO

##### Crédito tributário

- ♦ O depósito do montante integral do débito suspende a exigibilidade do crédito tributário, impedindo o ajuizamento da execução fiscal por parte da Fazenda Pública.

##### Execução fiscal

- ♦ A utilização do Sistema Bacen-JUD prescinde do exaurimento de diligências extrajudiciais, por parte do exequente, a fim de autorizar a penhora **on-line**.

## INFORMATIVO



FECHAMENTO: 14/01/2011 – EXPEDIÇÃO: 16/01/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 032/019 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 02

## Sumário

### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **STF:** Custas judiciais – Porte de remessa e retorno – Novos valores .....031
- **TRF-2ª R.:** Processo eletrônico – Alteração do Provimento 74/2010.....029
- **TRF-2ª R.:** Processo eletrônico – Consulta – Normas .....029

### ATOS INSTITUCIONAIS

- **CFM:** Atendimento médico – Prerrogativa de retorno à consulta.....028

### DOCTRINAS

- Aquisição de imóveis rurais no Brasil por estrangeiros – **Victor Menezes Lopes Gomes**.....027
- O centro é a questão – **Carlos Eduardo Moreira Valentim**.....026
- Projeto de Lei 5947/09 – Fim do prazo de 120 para exercício do *mandamus* – **Luiz Fernando Gama Pellegrini**.....025

### ESTUDO DE CASOS

- Jornada de trabalho – Regime 12 x 36 – Feriados trabalhados .....024
- Negócio Jurídico – Vícios de Consentimento.....022

### NOTICIÁRIO

- Destaques**.....020
- Antes da EC 45: acordo judicial não impede ação indenizatória

- Caso Abdelmassih: não cabe ao STF apreender passaporte de réu
- Caso Battisti: decisão de não extraditar italiano é contestada
- Caso Joanna Marins: TJ-RJ mantém pai de menina preso
- Código Florestal: AGU defende mudanças sobre “Reserva Legal”
- Declaração de bens: apresentação extemporânea não exclui benefício
- Identidade com chip: troca do documento começa em 17/1
- Sigilo bancário: banco é condenado por quebra de conta de ex-caixa
- Suicídio: família de trabalhador alcoólatra será indenizada
- Projetos de lei** .....019
- Aposentadoria de professores aos profissionais de creches
- Concessão de empréstimos consignados a fundos previdenciários
- Distinção entre deficiência e seqüela, para fins previdenciários
- Facilidade no controle e combate à pirataria
- Isenção de IPI para deficiente auditivo, na compra de carro
- Jornada de 6 horas para empregados de lotéricas e Correios
- Prioridade, pelos planos de saúde, a crianças e adolescentes



## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 14/01/2011 – EXPEDIÇÃO: 16/01/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 032/017 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 02

# TEMAS EM DESTAQUE

### PROCESSO CIVIL

#### Ação anulatória

♦ Aquele que representa o comprador ou apenas promove a intermediação da transação não pode integrar um dos polos da ação ajuizada para anulação do contrato.

#### Embargos de Divergência

♦ O beneficiário de justiça gratuita não necessita comprovar o recolhimento do preparo para oposição de embargos de divergência.

### CIVIL E COMERCIAL

#### Código de Defesa do Consumidor

♦ A entidade responsável pela manutenção de cadastro restritivo de crédito é parte legítima para responder por registro em banco de dados de devedores sem a notificação prévia.

#### Duplicata

♦ A ausência de aceite pela sacada e de comprovante de entrega de mercadorias não obstam a execução promovida pelo banco endossatário contra a empresa sacadora e seu avalista.

### PENAL E PROCESSO

#### Prova

♦ O reconhecimento fotográfico, quando corroborado em juízo, garantido o contraditório e a ampla defesa, pode servir como meio idôneo de prova para fundamentar a condenação.

#### Violação de direito autoral

♦ O tão-só fato de estar disseminado o comércio de mercadorias falsificadas ou “pirateadas” não torna a conduta socialmente aceitável.

### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

#### Aposentadoria por invalidez

♦ A aposentadoria por invalidez suspende o contrato de trabalho em relação às obrigações principais, não havendo previsão legal de suspensão quanto às obrigações acessórias.

#### Jornada de trabalho

♦ Deve ser considerada lícita a norma coletiva que fixa o tempo a ser pago em virtude do tempo despendido pelo empregado com as horas *in itinere*.

### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

#### Concurso público

♦ A Administração Pública tem o dever de intimar pessoalmente o candidato quando há o decurso de tempo razoável entre a homologação do resultado e data da nomeação.

#### Trânsito

♦ O CTB não criou a favor das ambulâncias e afins uma espécie de isenção, prescreveu, tão somente, regras aptas a garantir a efetividade do serviço de emergência.

### TRIBUTÁRIO

#### Certidão de dívida ativa

♦ A apresentação de CDA formalmente perfeita basta à instrução do processo executivo, incumbindo ao embargante provar o excesso de execução.

#### Taxa de incêndio

♦ A cobrança da taxa de incêndio não é ilegal ou inconstitucional, no entanto, é preciso que o serviço seja prestado de forma efetiva ou, ao menos, em potencial.

PUBLICAÇÃO MENSAL

2<sup>Ano</sup>  
011

Nº 1  
ANO XXVII

JANEIRO

# *BDA*

**BOLETIM DE  
DIREITO ADMINISTRATIVO**

**DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES**

DIREITO PREVIDENCIÁRIO CONSTITUCIONAL – Art. 40, § 4º, da CF – Regime Especial para os Servidores Públicos em Atividade de Risco – Sobreposição ao Regime Geral – Delegação à Lei Complementar – LC nº 51/85 – Implementação dos Princípios da Igualdade, da Proporcionalidade e da Dignidade da Pessoa Humana – Opinião Legal (Ives Gandra da Silva Martins e Cláudia Fonseca Morato Pavan) .....	1
DO DESCUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DO JUÍZO NATURAL – CNJ Não Possui Competência Originária para Instaurar Processo Administrativo Disciplinar contra Magistrado – Princípio da Subsidiariedade (Mauro Roberto Gomes de Mattos) .....	12
PREMISSAS PRINCIPIOLÓGICAS E GARANTÍSTICAS INDISPENSÁVEIS A UMA REGULAR ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O SILÊNCIO ADMINISTRATIVO (Raimundo Márcio Ribeiro Lima) .....	21
MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL – Uma Perspectiva Jurídica (Marcos Weiss Bliacheris)	63
DA RESPONSABILIDADE CIVIL SOBRE DANOS CAUSADOS POR ANIMAIS AOS USUÁRIOS DE RODOVIAS (Pedro Ribeiro do Val Neto) .....	73
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – Hospital Regional – Boletins de Produção Ambulatorial (BPA) – Autorizações de Internações Hospitalares – Irregularidades no Preenchimento – Pagamentos Indevidos – Ex-Diretor-Geral e Ex-Diretor Clínico do Nosocômio – Afastamento da Responsabilidade de um dos Gestores pelo Débito Constituído sob Determinada Rubrica – Contas Irregulares – Condenação em Débito – Aplicação de Multa (Tribunal de Contas da União) .....	80
SENADO FEDERAL – Câmara dos Deputados – Espaços Cedidos a Partidos Políticos e seus Institutos e Fundações – Celebração de Termos de Cessão de Uso – Taxa de Ocupação – Determinação de Pesquisa no Mercado Imobiliário Local – Suposta Lotação Indevida de Servidores das Casas de Leis nas Agremiações Partidárias – Não-Comprovação – Determinações (Tribunal de Contas da União) .....	92
SERVIDOR PÚBLICO – Cessão – Não-Observância do Disposto no Art. 93, Inc. I e § 1º, da Lei nº 8.112/90 – Medidas Tomadas com Vista ao Ressarcimento das Quantias Pagas a Título de Remuneração (Tribunal de Contas da União) .....	100
PENSÃO CIVIL – Cômputo Indevido para a Aposentadoria da Instituidora – Morte da Ex-Servidora durante Inatividade – Impossibilidade da Regularização da Situação – Legalidade em Caráter Excepcional (Tribunal de Contas da União) .....	109

## JURISPRUDÊNCIA

EXPROPRIAÇÃO – Cultura Ilegal de Plantas Psicotrópicas – Conceito do Vocábulo “Glebas” Previsto no Art. 243 da CF – Propriedade como um Todo, e Não Apenas a Área Cultivada – Inexistência de Afronta ao Princípio da Proporcionalidade .....	115
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS – Limites Territoriais – Delimitação do Distrito Judiciário – Iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado – Não-Ocorrência de Violação ao Princípio da Independência entre os Poderes – Divisão Judiciária que Não se Confunde com a Administrativa, cuja Competência é do Executivo – Inteligência dos Arts. 30, IV, e 125, § 1º, Ambos da CF	121
DESPACHANTE DE TRÂNSITO – Falecimento – Transferência da Credencial a Terceiros – Inadmissibilidade – Atividade de Caráter Pessoal e Intransferível – Continuação por meio de Preposto Somente até o Preenchimento da Vaga após Licitação .....	127
DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA – Concessionária de Serviço Público – Construção de Marginal de Rodovia – Alegada Demolição em Terreno Particular, para Viabilizar Obras – Inexistência de Prova – Ausência de Aposseamento Administrativo e Afetação da Propriedade para o Uso Coletivo – Improcedência do Pedido de Indenização .....	133
OAB – Suspensão Temporária do Exercício Profissional – Contribuições Devidas à Autarquia – Inadimplência – Busca e Apreensão da Carteira Profissional – Inadmissibilidade – Coerção Imprópria para Assegurar o Pagamento da Anuidade .....	137
TECELAGEM – Desenvolvimento de Atividade que Envolve Processos Químicos – Realização de Perícia – Registro da Empresa no Conselho Profissional – Necessidade de Manutenção de Profissional Químico .....	141

## ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL

# Direito Público

ANO VIII — Nº 36 — NOV-DEZ 2010

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

## REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Nº 610/2009  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Nº 1999.02.01.057040-0  
Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Nº 17/2010  
Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Nº 35/2008  
Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Nº 10/2009

## DIRETORES

Elton José Donato  
Dalide Correa

## EDITOR-CHEFE

Paulo Gustavo Gonet Branco (IDP/DF)

## EDITORA-ADJUNTA

Ana Carolina Figueiró Longo (IDP/DF)

## CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz (PUC/MG), Ana Paula Barcellos (UFRJ/RJ), Daniel Sarmento (PUC/RJ),  
Francisco Fernandes Segado (Universidade Complutense de Madrid/Espanha),  
Gilmar Ferreira Mendes (IDP/DF), Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS), Inocêncio Mártires Coelho (IDP/DF),  
Joaquín Brage Camazano (Universidade Europeia de Madrid/Espanha),  
Lauro Gama Jr. (UFRJ/RJ), Pierdomenico Logroscino (Università degli Studi di Bari/Itália)

## CORPO ADMINISTRATIVO EDITORIAL

Aderruan Rodrigues Tavares, Bruno Degrazia Mohn, Fernanda Mendonça Figueiredo,  
Janete Barros, José Carvalho, Marcos Cesar Santos Vasconcelos, Micaela Dominguez Dutra,  
Pedro Izidro, Renata Gonçalves Pereira Guerra Pouso, Rodrigo Chaves de Freitas,  
Sidraque Anacleto, Taísa Viana Anchieta, Tatiana do Couto Nunes

## COMITÊ TÉCNICO

Edevaldo Siqueira Gaudencio

## COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alvaro Luis de Araujo Ciarlini, Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo,  
Carolina Scherer Bicca, Ives Gandra da Silva Martins, Julia Maurmann Ximenes,  
Roberta Fragoso Menezes Kaufmann

## Assunto Especial

### CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PROPOSTA E PERSPECTIVAS PARA UM NOVO HORIZONTE

#### DOCTRINAS

1. O Sistema Tributário na Constituição e Eventual Reforma  
Ives Gandra da Silva Martins ..... 7
2. A Desconstrução do Mito da Raça e a Inconstitucionalidade de Cotas Raciais no Brasil  
Roberta Fragozo Menezes Kaufmann..... 18
3. Juízo de Adequação dos Critérios Legais de Concessão do Benefício de Prestação Continuada na Jurisdição Constitucional e as Contribuições da Análise Econômica do Direito  
Carolina Scherer Bicca ..... 55
4. Inquietude *versus* Passivismo: os Novos Desafios dos Juristas Diante da Expansão do Poder Judicial  
Alvaro Luis de Araujo Ciarlini ..... 88
5. Ações Afirmativas – Estado e Cidadania  
Julia Maurmann Ximenes ..... 106

#### JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (STF)..... 114
2. Ementário ..... 123

## Parte Geral

#### DOCTRINA

1. O Princípio da Publicidade no Processo Penal, Liberdade de Imprensa e a Televisão: uma Análise Transdisciplinar  
Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo..... 128

#### JURISPRUDÊNCIA

##### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Tribunal Regional Federal da 1ª Região..... 178
2. Tribunal Regional Federal da 2ª Região..... 187
3. Tribunal Regional Federal da 3ª Região..... 191
4. Tribunal Regional Federal da 4ª Região..... 195
5. Tribunal Regional Federal da 5ª Região..... 199

#### EMENTÁRIO

1. Administrativo..... 203
2. Ambiental ..... 207

3. Constitucional .....	208
4. Previdenciário .....	210
5. Processo Civil e Civil.....	214
6. Processo Penal e Penal.....	223
7. Trabalhista .....	231
<b>Clipping Jurídico.....</b>	<b>237</b>
<b>Resenha Legislativa.....</b>	<b>240</b>
<b>Bibliografia Complementar .....</b>	<b>243</b>
<b>Índice Alfabético e Remissivo .....</b>	<b>244</b>
<b>Normas Editoriais para Envio de Artigos .....</b>	<b>248</b>

---

# Fórum de Direito Urbano e Ambiental

---



ISSN 1676-6962



# Sumário

## EDITORIAL

Edésio Fernandes & Betânia Alfonsin .....	7
---	---

## INTRODUÇÃO

El derecho y la política de suelo en América Latina: nuevos paradigmas y posibilidades de acción <b>Edésio Fernandes, María Mercedes Maldonado Copello</b> .....	11
---	----

Los conflictos urbanos en el territorio y el derecho en América Latina <b>Sebastian Tedeschi</b> .....	17
---	----

## ARGENTINA

La Agenda Urbana, entre luces y sombras del Bicentenario <b>Juan Luciano Scatolini</b> .....	39
---	----

## BOLÍVIA

(In)operatividad de la función social de la propiedad urbana Ensayo sobre la legislación boliviana <b>Jaroslava Zápotocká de Ballón</b> .....	51
---	----

## CHILE

El paulatino pero insuficiente desarrollo del Derecho urbanístico en Chile: en tránsito de la adolescencia a la madurez <b>Enrique Rajevic Mosler</b> .....	61
--	----

## COLÔMBIA

La norma y la disputa por los usos de la ciudad <b>Análida Rincón Patiño</b> .....	71
---	----

Los avances del derecho urbano colombiano. Reflexiones a partir de la experiencia reciente de Bogotá <b>Juan Felipe Pinilla Pineda</b> .....	87
---	----

Revisitar las tensiones en el proceso de aplicación de la ley 388 de 1997 <b>María Mercedes Maldonado Copello</b> .....	103
--	-----

## MÉXICO

Los asentamientos humanos y la mirada parcial del constitucionalismo mexicano <b>Antonio Azuela, Miguel Ángel Cancino</b> .....	119
--	-----

## URUGUAI

Ley 18.308 – Ley de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible <b>Juan Francisco Trinchitella, Jorge Pedro Álvarez Tapie</b> .....	143
---	-----

Algunos apuntes sobre el nuevo marco legal del ordenamiento territorial vigente en Uruguay <b>José Sciandro</b> .....	149
--	-----

ÍNDICE.....	155
-------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES .....	159
----------------------------------	-----

## Conselho Editorial

Presidente: Prof. Juarez Freitas (PUC/RS, UFRGS,  
Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público)

Profa. Antonia Pereira (PUC/SP e Pres. do IBDM)

Prof. Carlos Ari Sunfeld (SBDP e FGV/SP)

Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (STF)

Conselheiro Cezar Miola (TCE/RS)

Prof. Clèmerson Merlin Clève (UFPR e UNIBRASIL)

Prof. Clovis Beznos (PUC/SP e Pres. do IBDA)

Profa. Cristiana Fortini (UFMG, IMDA)

Prof. Fabrício Motta (UFG)

Prof. Fernando Facury Sciff (UFPA)

Profa. Germana de Oliveira Moraes (UFC)

Prof. Heleno Taveira Tórres (USP)

Conselheiro Helio Saul Mileski (TC/RS)

Prof. Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS)

Prof. Igor Danilevicz (UFRGS e PUCRS)

Prof. Des. João Batista Gomes Moreira (TRF 1ª)

Ministro José Augusto Delgado (UniCEUB)

Prof. Luís Roberto Barroso (UERJ)

Prof. Marcelo Figueiredo (PUC/SP)

Prof. Márcio Cammarosano (PUC/SP e Pres. do IBDE)

Dr. Oscar Breno Stahnke (DPM)

Prof. Paulo Affonso Leme Machado (UNIMEP)

Prof. Paulo Bonavides (UFC)

Prof. Paulo Caliendo da Silveira (PUC/RS)

Prof. Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto)

Prof. Paulo Modesto (UFBA e UNIFACS)

Prof. Rodrigo Valgas (IDASC)

Prof. Romeu Felipe Bacellar Filho (UFPR e PUC/PR)

## Coordenador-Geral

Prof. Alexandre Pasqualini  
(IDARGS, AJURIS)

<b>Editorial</b> .....	11
------------------------	----

## **DOCTRINA**

### **Seção de Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental**

O regime constitucional dos bens das sociedades de economia mista e das empresas públicas <b>Juarez Freitas</b> .....	15
--	----

Advogado contratado, segurança jurídica e ampla defesa <b>Adilson Abreu Dallari</b> .....	29
--	----

Conceito material de serviço público <b>João Batista Gomes Moreira</b> .....	53
---	----

Poder Público e Terceiro Setor: considerações acerca do dever de licitar e anteprojeto de lei da nova organização administrativa brasileira <b>Luciano Ferraz</b> .....	75
--	----

Arbitragem e Administração Pública: contribuição para o sepultamento do tema <b>Ricardo Marcondes Martins</b> .....	85
--	----

O direito à saúde e sua efetividade: o debate democrático perante o Supremo Tribunal Federal <b>Têmis Limberger, Jânia Maria Lopes Saldanha</b> .....	105
--	-----

Nanotecnologia e Direito: entre a inovação e a prudência <b>Aírton Guilherme Berger Filho</b> .....	131
--	-----

PPPs – Parcerias público-privadas e meio ambiente <b>Roberto Correia da Silva Gomes Caldas</b> .....	171
---	-----

Os biocombustíveis na União Europeia: uma outra natureza da natureza <b>Carla Amado Gomes</b> .....	191
--	-----

### **Seção de Direito Tributário**

A denominada sanção premial no âmbito do Direito Tributário <b>Hugo de Brito Machado</b> .....	213
---	-----

A compensação SNUC, a ADI nº 3.378 e o Decreto nº 6.848/09: novos desdobramentos <b>José Marcos Domingues, Júlia Silva Araújo Carneiro</b> .....	233
---	-----

## Seção de Direito Municipal

Lei de Responsabilidade Fiscal e transparência

**Alexandre Pasqualini** ..... 247

## Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

Tribunais de Contas e o teto remuneratório

**Fernando Luiz Ximenes Rocha** ..... 255

Interpretação constitucional e o controle judicial das políticas públicas de promoção dos direitos fundamentais

**Liane Tabarelli Zavascki** ..... 277

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### Acórdãos na Íntegra

#### Supremo Tribunal Federal

Contribuição social – Custeio da previdência social – Imunidade – Acometimento do servidor público por doença incapacitante – Acórdão-recorrido que entende ser a norma de imunidade plenamente aplicável – Ausência de legislação complementar. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 630.137/RS..... 315

#### Superior Tribunal de Justiça

Ação de improbidade – Ilegalidade da dispensa de licitação – Elemento subjetivo da conduta – Imprescindibilidade – Jurisprudência da Seção  
Recurso Especial nº 1.150.743/SP..... 321

#### Superior Tribunal de Justiça

Concurso público – Autorização de novas vagas – Preterição da impetrante – Não ocorrência – Poder discricionário da Administração Pública – Ato impugnado que não se reveste de qualquer ilegalidade  
Mandado de Segurança nº 15.187/DF..... 327

#### Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Constitucional – Administrativo – Anistia política – Mandato de vereador – Exercício gratuito – Lei nº 10.559/2002 – Indenização – Não cabimento  
Apelação Cível nº 2004.38.00.016575-5/MG ..... 333

#### Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Tombamento – IPHAN – Legitimidade passiva *ad causam* cerceamento de defesa. Não verificação – CF, art. 216 – Obras – Necessidade de autorização prévia – Registro ou averbação do tombamento à margem do registro de imóveis – Desnecessidade. Apelação Cível nº 1998.51.11.012029-3 ..... 339

**Ementário** ..... 343

**Índice alfabético-remissivo** ..... 361

**Instruções para os autores** ..... 365

ISSN 1676-5834

ISSN 1677-065x (revista eletrônica)

# *Justiça & História*



*Vol. 7  
nº 14  
2007*

Revista do Memorial do Judiciário  
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

# SUMÁRIO

EDITORIAL .....	11
Artigos	
ANTINOMIA E A SISTEMATICIDADE JURÍDICA: UMA APORÉTICA DA LÓGICA DEÔNICA CORRÍGIVEL (Antinomy and legal systematic: the aporética on defeasible deontic logic) – Bruno J. R. Boaventura .....	13
REPRESENTACIONES E IMÁGENES DE LAS VIOLENCIAS Y EL DELITO EN EL DIARIO (CÓRDOBA, ARGENTINA, 1920) [Representations and images of violence and crime, in the newspaper (Córdoba, Argentina, 1920)] – Natália Verónica Bermúdez .....	41
REFORMAS JUDICIAIS E ATUAÇÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL NO BRASIL IMPERIAL: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA (Judicial reforms and the performance of the Criminal Justice in the Brazilian Empire: a Historiographical Discussion) – Augusto César Feitosa Pinto Ferreira .....	77
ESTADO NOVO: AUTORITARISMO E CONCILIAÇÃO POLÍTICA (New State: authoritarianism and political conciliation) – Luciano Aronne de Abreu .....	113

PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PORTO ALEGRE: RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO (Palácio da Justiça de Porto Alegre: restoration and conservation) – Cícero Alvarez e Lídia Fabrício .....	125
--	-----

### Painel

RETRATOS DO JUDICIÁRIO – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: PERFIL E PERSPECTIVAS – Camila Luci Madeira, Tatiana Pereira Bastos, Paulo Seixas, Aloísio Petersen .....	165
---	-----

### Entrevista

DOUTORA SONIA BIEHLER .....	197
-----------------------------	-----

# Revista **Bonijuris**

## DEZEMBRO/10

### ACÓRDÃOS EM DESTAQUE

Pág. XXX

A Simples **FALTA** de **NOTIFICAÇÃO** de que ocorrerá a **NEGATIVAÇÃO** do **NOME** do **DEVEDOR** não gera **DANO MORAL**

Ausência do **REGISTRO** do **CONTRATO** não descaracteriza a **RESPONSABILIDADE** do **COMPROMISSÁRIO COMPRADOR** pela **DESPESA** de **CONDOMÍNIO** se ele conhece o **TITULAR** das quotas

Reconhecido **DEVER** de **OFÍCIO** de **PROCURADOR** ao **RECORRER** e afastada **MULTA** por **LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ**

Não é possível utilizar a disposição referente à **REVOGAÇÃO** de **LIVRAMENTO CONDICIONAL** constante no **ART. 88/CP** para vedar a **COMUTAÇÃO** de **PENA**

**VÍTIMA** de **ACIDENTE DE TRABALHO** na vigência de **CONTRATO DE EXPERIÊNCIA** tem direito à **ESTABILIDADE PROVISÓRIA**

**MILITAR** desligada durante a **GRAVIDEZ** pode contar **TEMPO** de **GESTAÇÃO** para **ALCANCE** de **ESTABILIDADE**

**EMPRESA** de **NAVEGAÇÃO** pode receber **CRÉDITO** de **ICMS** referente a **COMBUSTÍVEL**

### LEGISLAÇÃO

Pág. LV

**Lei 12.336/10** - Prestação do Serviço Militar por Estudante e Profissional da Área de Saúde

### DOCTRINA

**ARTIGO 71 DA LEI 8.666/93 E SÚMULA 331 DO TST: PODERIA SER DIFERENTE?**

Tereza Aparecida Asta Gemignani

Pág. V

**A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Valdinei Tomiatto

Pág. XIII

**O TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA INOCÊNCIA: PRESUNÇÃO OU ESTADO, PRINCÍPIO OU REGRA?**

Valber Melo

Fernando Cesar Faria

Thiago Ramos Varanda

Pág. XX

**EFEITOS DA PUBLICIZAÇÃO E CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO**

Samantha Corrêa

Pág. XXVI

**LIMITAÇÕES DA CONSTITUIÇÃO AO PODER DE TRIBUTAR EM RELAÇÃO ÀS TAXAS**

Adriano Celestino Ribeiro Barros

Pág. XXVIII



### CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Facioli Chedid  
 Carlos Alberto Silveira Lenzi  
 Carlos Roberto Ribas Santiago  
 Clèmerson Merlin Clève  
 Edésio Franco Passos  
 Hélio de Melo Mosimann  
 Humberto D'Ávila Rufino  
 Jacinto Nelson de Miranda Coutinho  
 João Casillo

João Oreste Dalazen  
 Joel Dias Figueira Júnior

**Luiz Fernando Coelho** (coordenador)

Manoel Antonio Teixeira Filho  
 Manoel Caetano Ferreira Filho  
 Maximiliano Nagl Garcez  
 Rolf Koerner Júnior  
 Zeno Simm

### DIRETOR

**Luiz Fernando de Queiroz**

### CONSELHO DE PESQUISADORES

André Barbieri Souza  
 Carlos Oswaldo M. Andrade  
 Eduardo Cambi  
 Elionora Harumi Takeshiro  
**Geison O. Rodrigues** (coordenador)  
 Geraldo Vaz da Silva  
 José Lúcio Glomb  
 Joseph Ernst Gardemann Filho  
 Luciano Augusto de Toledo Coelho  
 Luiz Carlos da Rocha  
 Luiz Salvador  
 Maria de Lourdes Cardon Reinhardt  
 Paula Tiemi Toyofuku  
**Rafael Cessetti** (pesquisador-editor)  
 Rogério Distéfano  
 Roland Hasson  
 Sérgio de Aragon Ferreira  
 Solange Roessler  
 Yoshihiro Miyamura

## Sumário

### DOCTRINA

<b>Artigo 71 da Lei 8.666/93 e Súmula 331 do TST: Poderia Ser Diferente?</b> .....	05
<i>Tereza Aparecida Asta Gemignani</i>	
<b>A Hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Ordenamento Jurídico Brasileiro</b> .....	13
<i>Valdinei Tomiatto</i>	
<b>O Tratamento Constitucional da Inocência: Presunção ou Estado, Princípio ou Regra?</b> .....	20
<i>Valber Melo</i>	
<i>Fernando Cesar Faria</i>	
<i>Thiago Ramos Varanda</i>	
<b>Efeitos da Publicização e Constitucionalização do Direito Privado</b> .....	26
<i>Samantha Corrêa</i>	
<b>Limitações da Constituição ao Poder de Tributar em Relação às Taxas</b> .....	28
<i>Adriano Celestino Ribeiro Barros</i>	

### ACÓRDÃOS EM DESTAQUE

<b>TJ/MG/Des. Gutemberg da Mota e Silva: A Simples Falta de Notificação de que Ocorrerá a Negativação do Nome do Devedor não Gera Dano Moral</b> .....	30
<b>STJ/Ministro Paulo de Tarso Sanseverino: Ausência do Registro do Contrato Não Descaracteriza a Responsabilidade do Compromissário Comprador pela Despesa de Condomínio se Ele Conhece o Titular das Quotas</b> .....	32
<b>STJ/Ministro Luiz Fux: Reconhecido Dever de Ofício de Procurador ao Recorrer e Afastada Multa por Litigância de Má-Fé</b> .....	33
<b>STF/Ministro Gilmar Mendes: Não é Possível Utilizar a Disposição Referente à Revogação de Livramento Condicional Constante no Art. 88/CP para Vedar a Comutação de Pena</b> .....	35
<b>TST/Ministra Kátia Magalhães Arruda: Vítima de Acidente de Trabalho na Vigência de Contrato de Experiência tem Direito à Estabilidade Provisória</b> .....	37
<b>STJ/Ministro Arnaldo Esteves Lima: Militar Desligada Durante a Gravidez Pode Contar Tempo de Gestação para Alcance de Estabilidade</b> .....	40
<b>STJ/Ministro Benedito Gonçalves: Empresa de Navegação Pode Receber Crédito de ICMS Referente a Combustível</b> .....	42

### EMENTÁRIO

Civil - Comercial .....	44
Imobiliário .....	46
Processo Civil .....	47
Penal - Processo Penal .....	48
Trabalhista - Previdenciário .....	50
Administrativo - Constitucional .....	52
Tributário .....	54

### LEGISLAÇÃO

<b>Lei 12.336/10 - Prestação do Serviço Militar por Estudante e Profissional da Área de Saúde</b> .....	55
<b>COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS</b>	
<b>A Citação Postal à Luz da Súmula 429 do STJ</b> .....	56
<i>Clovis Brasil Pereira</i>	

---

# REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO

## RBDP

---



ISSN 1678-7072

# Sumário

## DOCTRINA

### Artigos

Conselhos Nacionais da Justiça e do Ministério Público: complexidades e hesitações

<b>José dos Santos Carvalho Filho</b> .....	9
I Introdução.....	9
II Competências constitucionais .....	11
III Aplicabilidade das competências relativas à função de controle .....	14
1 Extensão das competências.....	14
2 Limites federativos .....	15
3 Atos institucionais.....	16
4 Controle financeiro .....	18
5 Controle administrativo.....	19
IV O poder normativo .....	21
V Controle judicial.....	26
VI Conclusão.....	30

A Advocacia Pública e o Estado Democrático de Direito

<b>Gustavo Binenbojm</b> .....	33
--------------------------------	----

Termos de Ajustamento de Gestão (TAG): do sonho à realidade

<b>Luciano Ferraz</b> .....	43
1 Introdução.....	43
2 Desenvolvimento .....	44
3 Conclusão.....	50

Os acordos substitutivos do procedimento sancionatório e da sanção

<b>Floriano de Azevedo Marques Neto, Tatiana Matiello Cymbalista</b> .....	51
1 Os acordos substitutivos como prática no ordenamento brasileiro .....	54
1.1.1 O exemplo do CADE .....	54
1.1.2 O exemplo da ANEEL .....	55
1.1.3 O exemplo da ANS.....	57
1.1.4 O exemplo da ANTT.....	57
1.1.5 O exemplo da ANTAQ.....	58
1.1.6 Conclusão: os acordos substitutivos como prática habitual no exercício das funções regulatórias das agências reguladoras .....	59
2 A celebração de acordos substitutivos e o abandono do procedimento administrativo sancionatório .....	59
3 A celebração de acordos substitutivos e o abandono da sanção .....	62
4 A celebração de acordos substitutivos e a renúncia à parcela dos valores máximos de multa .....	63
5 A celebração de acordos substitutivos e o princípio da supremacia e da indisponibilidade do interesse público .....	65
6 Conclusão.....	67

Direito e desenvolvimento: das origens às suas repercussões no universo jurídico contemporâneo

<b>Leonardo Fernandes dos Anjos, Nevita Maria Pessoa de Aquino Franca</b> .....	69
1 Introdução.....	69
2 O conceito de <i>desenvolvimento</i> .....	69
3 Evolução do conceito de <i>desenvolvimento</i> .....	72
4 Direito e desenvolvimento.....	84
Referências .....	88

Panorama atual da responsabilidade do Estado em matéria de serviços públicos na jurisprudência do STF

<b>Marcos Chucralla Moherdau Blasi</b> .....	91
1 Apresentação do tema.....	91
2 Metodologia.....	92
3 Contextualização do tema.....	93
4 Formação do instituto da responsabilidade na jurisprudência do STF .....	95
4.1 Responsabilidade objetiva por atos comissivos: consenso. Nexos de causalidade como nota decisiva.....	95
4.1.1 Excludentes e atenuante: culpa exclusiva, caso fortuito, força maior, fato de terceiro e culpa concorrente.....	97
4.2 Responsabilidade por atos omissivos: dissenso e tendência à objetivação.....	97
4.2.1 Teorias da interrupção do nexos causal e da causa eficiente: aplicação em casos de omissão estatal .....	101
4.3 Responsabilização direta de agentes públicos: impossibilidade. Situações em que a conduta do agente implica responsabilidade .....	102
4.4 Limites subjetivos da responsabilização objetiva das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos: tendência de reversão de entendimento.....	103
4.5 Responsabilidade não fundada no art. 37, §6º, da CF 1988.....	106
4.6 Responsabilidade e repercussão geral.....	106
5 Apontamentos de caráter conclusivo: panorama do instituto.....	107
Referências .....	108
ANEXO – Questões de Responsabilidade do Estado na jurisprudência do STF .....	121

Procedimentalização da Administração Pública e o princípio do *devido procedimento equitativo*

<b>Eurico Bitencourt Neto</b> .....	127
1 Introdução.....	127
2 A procedimentalização da Administração Pública .....	129
3 O princípio do <i>devido procedimento equitativo</i> .....	134
4 <i>Devido procedimento equitativo</i> no Direito brasileiro.....	136
5 Conclusão.....	141
Referências .....	142

O postulado da imparcialidade e a independência do magistrado no *civil law*

<b>Ana Paula Oliveira Ávila</b> .....	147
Introdução.....	147
Parte I – O conceito de imparcialidade.....	148
1 Pressupostos da imparcialidade.....	150
2 Assento constitucional .....	153
3 Natureza jurídica: princípio, regra ou postulado normativo aplicativo?.....	157
Parte II – Ruptura da imparcialidade .....	160

1	O vício de parcialidade .....	160
2	Exceções de impedimento e suspeição .....	163
	Parte III – Imparcialidade e processo .....	165
1	Elementos do <i>fair procedure</i> : pode-se falar em contraditório, ampla defesa e juiz natural sem imparcialidade?.....	165
2	Imparcialidade e a garantia do contraditório.....	166
3	Imparcialidade e ampla defesa .....	167
4	Imparcialidade e juiz natural.....	168
	Conclusões.....	168
	Referências.....	170

Intervenção social heterônoma da União Federal em serviços públicos estaduais e municipais. Instituição de gratuidades no transporte público de passageiros

<b>Flávio de Araújo Willeman</b> .....	173
--	-----

Judicialização das eleições: os eleitores de toga

<b>Marcos César Minuci de Sousa</b> .....	187
---	-----

1	Brevíssimo histórico da Justiça Eleitoral no Brasil .....	188
2	Análise de casos: a judicialização das eleições .....	190
2.1	A questão da posse do segundo colocado .....	191
2.2	A questão da judicialização do registro de candidatura .....	195
2.2.1	Na eleição majoritária.....	195
2.2.2	Na eleição proporcional.....	198
3	Conclusão .....	199

A importância do processo administrativo no Estado Democrático de Direito

<b>Eugênia Giovanna Simões Inácio Cavalcanti</b> .....	201
--	-----

1	Considerações iniciais.....	201
2	O exercício da atividade administrativa pela via processual .....	201
3	O processo administrativo como garantia jurídica dos administrados .....	204
4	O processo administrativo como forma de legitimar as decisões da Administração Pública .....	211
	Referências.....	215

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### Acórdãos na Íntegra

#### Supremo Tribunal Federal

Recurso ordinário em mandado de segurança – Embargos de declaração – Omissão da Administração Pública em apreciar requerimento administrativo – Prazo decadencial se renova a cada mês – Embargos acolhidos. Embargos de Declaração no Recurso

Ordinário em Mandado de Segurança nº 24.736/DF .....	221
--	-----

#### Supremo Tribunal Federal

ADIn – Impugnação – Redação dada aos arts. 79 e 85 da LC nº 64 pela LC nº 70 do Estado de Minas Gerais – Regime próprio de previdência e assistência social dos servidores – Alegação de violação ao § 13 do art. 40 e no § 1º do art. 149 da CF

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.106/MG.....	225
---	-----

<b>Índice</b> .....	247
---------------------	-----

<b>Instruções para os autores</b> .....	251
---	-----

# Revista Brasileira de Estudos Políticos

100

JANEIRO / JUNHO DE 2010

*Edição em Homenagem ao Professor Orlando Magalhães Carvalho*

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS INTRODUÇÃO AO Nº 100

*Prof.ª. Dra. Silma Mendes Berti*

APRESENTAÇÃO

*Prof. Dr. Aloizio Gonzaga de Andrade Araújo*

OS PARTIDOS POLÍTICOS EM MINAS GERAIS

*Orlando M. Carvalho*

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PODER LOCAL: O PAPEL DO CIDADÃO NO  
APRIMORAMENTO DAS DECISÕES DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO  
MUNICIPAL

*Adriano Sant'Ana Pedra*

CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA – INFIDELIDADE PARTIDÁRIA E  
SEU RECONHECIMENTO JUDICIAL

*Alexandre Bahia e Dierle Nunes*

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: PROBLEMAS E REFLEXÕES

*Fernando J. Armando Ribeiro*

DIREITOS POLÍTICOS

*José Jairo Gomes*

TETO REMUNERATÓRIO DOS VEREADORES: EFEITOS DAS EMENDAS  
CONSTITUCIONAIS 41 E 47.

*Luiz Henrique Antunes Alochio*

ABUSO DE PODER NO PROCESSO ELEITORAL

*Marcelo de Oliveira Milagres*

O INDUZIMENTO COMO FORMA DE VIOLÊNCIA E INJUSTIÇA NO  
PROCESSO JUSPOLÍTICO: A PREMÊNCIA DA EDUCAÇÃO, JANELA DE  
ESPERANÇA PARA A LUCIDEZ

*Maria Helena Damasceno e Silva Megale*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO**

**BELO HORIZONTE**

\*

**MINAS GERAIS**

\*

**BRASIL**

# SUMÁRIO

## REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS INTRODUÇÃO AO Nº 100

*Profª. Drª. Silma Mendes Berti* ..... 7

## APRESENTAÇÃO

*Prof. Dr. Aloizio Gonzaga de Andrade Araújo* ..... 9

## OS PARTIDOS POLÍTICOS EM MINAS GERAIS

*Orlando M. Carvalho* ..... 11

## PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PODER LOCAL: O PAPEL DO CIDADÃO NO APRIMORAMENTO DAS DECISÕES DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

*Adriano Sant'Ana Pedra* ..... 29

## CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA – INFIDELIDADE PARTIDÁRIA E SEU RECONHECIMENTO JUDICIAL

*Alexandre Bahia e Dierle Nunes* ..... 57

## DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: PROBLEMAS E REFLEXÕES

*Fernando J. Armando Ribeiro* ..... 85

## DIREITOS POLÍTICOS

*José Jairo Gomes* ..... 103

## TETO REMUNERATÓRIO DOS VEREADORES: EFEITOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 41 E 47.

*Luiz Henrique Antunes Alochio* ..... 131

## ABUSO DE PODER NO PROCESSO ELEITORAL

*Marcelo de Oliveira Milagres* ..... 155

## O INDUZIMENTO COMO FORMA DE VIOLÊNCIA E INJUSTIÇA NO PROCESSO JUSPOLÍTICO: A PREMÊNIA DA EDUCAÇÃO, JANELA DE ESPERANÇA PARA A LUCIDEZ

*Maria Helena Damasceno e Silva Megale* ..... 173

# REVISTA DA ESMESC

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

---

Volume 17, número 23, 2010



**AMC**  
Associação dos  
Magistrados  
Catarinenses  
**ESMESC**  
Escola Superior  
da Magistratura  
do Estado de  
Santa Catarina

Florianópolis, SC, Brasil - 2010



# SUMÁRIO

## Artigos

DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA DE OFÍCIO PELO JUIZ: EFICÁCIA DA JUSTIÇA Cintia Gonçalves Costi .....	11
O GOVERNO ELETRÔNICO NA GESTÃO DO JUDICIÁRIO Aírton José Ruschel, Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, Aires José Rover .....	25
ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E TEORIAS PENAIS Lédio Rosa de Andrade.....	45
A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 383 E 384 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - E DOS ARTIGOS 407 E 408 DO ANTEPROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - SUPEROU O PROBLEMA DA INCONSTITUCIONALIDADE? Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho Marcelo Elias Naschenweng .....	123
A POSIÇÃO PRIVILEGIADA DA LIBERDADE DE IMPRENSA E O DIREITO À INFORMAÇÃO VERDADEIRA Orlando Luiz Zanon Junior.....	145
RESIDÊNCIA MÉDICA SOB A ÓPTICA DO DIREITO DO TRABALHO Armênio Matias Corrêa Lima .....	175
A DESPROPORCIONALIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTAMENTO DE FETO ANENCÉFALO: O ANACRONISMO DA LEI PENAL FRENTE À NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL Caroline Köhler Teixeira.....	197
TENDÊNCIAS DA POLÍTICA CRIMINAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO: ENFOQUE MINIMALISTA CONSUBSTANCIADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 Franciele Cit.....	231
A CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESÁRIA: IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DE EMPRESA SOB A ÓTICA SISTÊMICA João Alberto da Costa Ganzo Fernandez .....	259

A POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE OFÍCIO DA TUTELA ANTECIPADA DIANTE DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA NO ART. 273 DO CPC Karine Torres Furtado .....	285
A PLURALIZAÇÃO DO DEBATE DEMOCRÁTICO NAS DECISÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DO STF Leonardo Quadros Schroeder Pontes .....	321
PASSAGEM FORÇADA E SERVIDÃO DE TRÂNSITO: LIMITAÇÕES DISTINTAS AO DIREITO DE PROPRIEDADE Marcéli da Silva Serafim .....	347
OS RESQUÍCIOS DE PROVA TARIFADA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO E SUA INFLUÊNCIA NO LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO Marcio Vieira .....	371
A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EM FAVOR DA PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE DA SOLIDARIEDADE PASSIVA COMO CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA DIGNIDADE Merilany Gelsleichter .....	399
DA INCONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE E DA FLEXIBILIZAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL Natália Cristina Damásio Silvestrin .....	423
A COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL: EFEITOS NO PLANO NORMATIVO E NO PLANO DO ATO SINGULAR E REFLEXOS NA EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL Rodrigo Henkels .....	443
OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS COMO GARANTIA DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS Sheila Maria Penno .....	463
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHO .....	509

Revista da

*Esmerese*  
**Esmerese**

**ESCOLA SUPERIOR  
DA MAGISTRATURA  
DE SERGIPE**

ISSN 1679-785X

**NÚMERO 14  
2010**

# Sumário

APRESENTAÇÃO.....	11
DOCTRINA.....	13
CITAÇÃO: PRESSUPOSTO DE EXISTÊNCIA OU REQUISITO DE VALIDADE?	
Patricia Cunha Barreto de Carvalho.....	15
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO EFEITO DA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PROCESSO CRIMINAL	
Geilton Costa da Silva.....	35
DECISÃO JUDICIAL E A QUESTÃO DE GÊNERO: ANÁLISE DO DISCURSO	
José Anselmo de Oliveira.....	43
ALIENAÇÃO PARENTAL: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E PSICOLÓGICAS	
Raphael Silva Reis & Nara Conceição Santos Almeida Reis.....	49
PROCESSO NOS TRIBUNAIS - REFORMA E ANULAÇÃO DAS SENTENÇAS	
Marcos de Oliveira Pinto.....	63
INSTRUMENTOS PROCESSUAIS DE DEFESA DA CIDADE	
Edson Ulisses de Melo.....	79
EL TRASLADO DE CONDENADOS AL PAÍS DE ORIGEN COMO UNA NUEVA FORMA DE COOPERACIÓN PENAL INTERNACIONAL EN EL MERCOSUR	
Luciane Klein Vieira.....	85
O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO	
Elisa Bastos Frota.....	133
CUMPRIMENTO DA SENTENÇA: O PRAZO DO ARTIGO 475-J, DO CPC	
Ulysses Maynard Salgado.....	159
ADOÇÃO TARDIA: UMA REALIDADE EM SERGIPE	
Dayse Cristina Souza Santos.....	183

SUPRIMENTO JUDICIAL PARA REALOCAÇÃO DE VERBAS  
ORÇAMENTÁRIAS (POSSIBILIDADE À LUZ DA MODERNA  
HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL)

Saraí Araujo Alves.....209

O CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER  
JUDICIÁRIO

Marilian Ribeiro de Sousa Mariano.....229

CÂMERAS NAS ESCOLAS: LIMITAÇÕES EM FACE DA LIBERDADE  
DE APRENDER E ENSINAR

Antonio José Siqueira de Santana.....241

O DIREITO SOCIAL À SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA  
VISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Dourival Melo da Silva Júnior.....257

A ATIVIDADE DA IMPRENSA E O DIREITO À INTIMIDADE: ALGUNS  
ASPECTOS JURÍDICO-REFLEXIVOS

Maria José Mendonça da Mota.....271

A CONCRETIZAÇÃO HERMENÊUTICO-JURISDICIONAL

Eduardo Farias Silva.....293

ÉTICA DA MAGISTRATURA: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA  
FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Zelma Tomaz de Matos.....315

A CONJUGAÇÃO DAS LEIS PENAS E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Eliana Augusta de Menezes Acioly.....329

INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 94 DO ESTATUTO DO IDOSO

Juliana Vasconcelos de Oliveira.....355

A TAXA DE INCÊNDIO DO ESTADO DE SERGIPE E A TIPICIDADE  
TRIBUTÁRIA FECHADA

Roberto de Paula Lima Filho.....377

# Revista de **ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Ano 7 • n. 27 • out.-dez. / 2010

*Coordenação*

**ARNOLDO WALD**

*Publicação do*

Instituto Brasileiro de Direito Comparado

APRESENTAÇÃO .....	5
<b>I. DOCTRINA NACIONAL</b>	
1. Convenção de arbitragem e escolha de lei aplicável: uma perspectiva do direito brasileiro LUIZ OLAVO BAPTISTA E SÍLVIA JULIO BUENO DE MIRANDA.....	11
2. A patologia da arbitragem ARNOLDO WALD.....	35
3. A cláusula compromissória estatutária (II) (Anotações adicionais) CARLOS AUGUSTO DA SILVEIRA LOBO .....	46
4. Arbitragem e seguro SELMA MARIA FERREIRA LEMES .....	56
5. Arbitragem e regulação ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO.....	70
<b>II. DOCTRINA INTERNACIONAL</b>	
1. La participación de los Estados en el arbitraje internacional BERNARDO M. CREMADES .....	103
2. Opportunités et risques juridiques en matière d'investissements au Brésil EMMANUEL JOLIVET.....	124
3. Critérios de arbitrabilidade dos litígios. Revisitando o tema ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO.....	129
4. Arbitragem e direito da concorrência LUCA G. RADICATI DI BROZOLO.....	162

5. Algumas questões sobre a arbitralidade e o direito argentino	
OSVALDO J. MARZORATI .....	195
6. Evolução e singularidade da instituição arbitral no Chile	
GONZALO BIGGS.....	231

### III. MEMÓRIA DO DIREITO

1. Processo civil. Juízo arbitral. Irregularidades formais. Impugnação recursal. Âmbito de apreciação. Arts. 95 e 1.100 do CPC. Recurso não conhecido – STJ – REsp 15.231/RS – 4.ª T. – rel. Min. <i>Sálvio de Figueiredo</i> .....	261
---	-----

### IV. JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

#### A) NACIONAL

1. O princípio da autonomia da cláusula arbitral na jurisprudência brasileira – Comentários ao Ag em Agln 2009.000674-8 do TJSC	
NADIA DE ARAUJO.....	265
2. Convenção de Arbitragem. Sede em Londres e aplicação da lei inglesa. Medida cautelar pré-arbitral concedida pelo Poder Judiciário brasileiro – Comentários ao Agln 0011281-02.2010.8.19.000 do TJRJ	
VERA CECÍLIA MONTEIRO DE BARROS .....	287

#### B) INTERNACIONAL

1. Direito francês: os representantes das partes no processo arbitral são considerados como testemunhas – Comentários ao <i>Recours en annulation d'une sentence arbitrale CCI 14615/CC0/JR – Cour d'Appel de Paris</i>	
EDOUARD LEMOALLE .....	307

### V. JURISPRUDÊNCIA

#### A) ACÓRDÃOS

##### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SENTENÇA ESTRANGEIRA – Homologação – Inadmissibilidade – Eleição de juízo arbitral – Ausência de as-



sinatura da cláusula compromissória que manifesta a expressa vontade das partes – Indeferimento do pedido homologatório que se impõe – Inteligência do art. 37, II, da Lei 9.307/1996 – STJ – SEC 885 – Corte Especial – v.u. – rel. Min. *Francisco Falcão*..... 317

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ARBITRAGEM – Cláusula compromissória – Nulidade – Inocorrência – Contrato de distribuição – Inaplicabilidade da formalidade de ciência escrita quando não se trata de contrato de adesão – Eventual discordância na indicação do juízo arbitral que não significa renúncia à arbitragem – Manifesta vontade das partes em acordar que não permite ajuizamento no Judiciário com o mesmo fim – Extinção do processo sem julgamento de mérito que se impõe – TJRJ – *Ag Interno na ApCiv 015658597.2008.8.19.0001* – 13.<sup>a</sup> Câ. Civ. – v.u. – rel. Des. *Nametal Jorge* ..... 325

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

HONORÁRIOS DE ADVOGADO – Execução de sentença arbitral – Fixação dos honorários advocatícios de plano – Admissibilidade – Remuneração tão somente pelo ajuizamento de nova demanda para forçar o cumprimento da sentença – Peculiaridade arbitral que não se trata de mera continuidade do processo de conhecimento – Redução do valor, ademais, que se impõe, em razão do arbitramento excessivo – Inteligência do art. 20, §§ 3.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup>, do CPC. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Multa – Inadmissibilidade – Ausência do decurso do prazo de 15 dias da citação do executado – Inteligência do art. 475-J do CPC – TJRS – *AgIn 70035911486* – 18.<sup>a</sup> Câ. Civ. – v.u. – rel. Des. *Pedro Celso Dal Prá*..... 328

#### B) DECISÕES E DESPACHOS

##### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Conflito positivo de jurisdição entre o Tribunal Arbitral e o Poder Judiciário. Arrolamento de bens. Demanda que não constitui medida de caráter coercitivo suficiente para exigir prestação jurisdicional pela Corte Superior de forma obrigatória – STJ – *CComp 111.230/DF* – Decisão Monocrática – rel. Min. *Aldir Passarinho Junior*..... 333

## VI. VOTO

Conflito positivo de competência entre a Câmara Arbitral do Comércio, Indústria e Serviços de São Paulo e a Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo. Contrato de compra e venda. Compromisso arbitral – STJ – CComp 113.260/SP – Voto vencido – rel. Min. Nancy Andrighi..... 337

## VII. SENTENÇA

Improcedência de ação de anulação parcial de sentença arbitral – Processo 583.00.2007.113424-0 – 22.<sup>a</sup> Vara Cível de São Paulo – juiz Mário Chiuville Júnior ..... 345

## VIII. LEGISLAÇÃO E REGULAÇÃO INTERNACIONAL

1. Uncitral Arbitration Rules (as revised in 2010)..... 349

## IX. NOTAS DIVERSAS

1. As Varas Empresariais do Rio de Janeiro passam a ser especializadas em matéria de arbitragem  
RODRIGO GARCIA DA FONSECA E FERNANDA MEDINA PANTOJA.... 371
2. Notícias..... 377
3. Eventos..... 381
4. Revistas e Boletins..... 384

## X. RESENHAS

1. *Direito internacional do investimento estrangeiro*, de José Augusto Fontoura Costa  
Resenha por  
ALEXANDRE LUIZ MORAES DO RÊGO MONTEIRO..... 387
2. *Written evidence and discovery in international arbitration*, de Teresa Giovannini e Alexis Mourre  
Resenha por  
MAÍRA DE MELO VIEIRA ..... 390
3. *Arbitragem nas relações de consumo*, de Márcio André Medeiros Moraes  
Resenha por  
MARIA EUGÊNIA PREVITALI CAIS..... 394

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 397

---

# A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional

---



ISSN 1516-3210

# Sumário

Editorial .....	9
-----------------	---

## DOCTRINA

### Artigos

#### O regime constitucional dos Municípios

<b>José Afonso da Silva</b> .....	13
1 Posição do Município na Federação .....	13
2 Autonomia municipal .....	14
3 Capacidade de auto-organização .....	16
4 Governo municipal.....	20
4.1 Poder Executivo municipal.....	20
4.2 Poder Legislativo municipal .....	21
5 Conclusão.....	26

#### Derechos de los usuarios de los servicios de interés económico general desde la perspectiva de los derechos humanos

<b>Augusto Durán Martínez</b> .....	27
I Servicios de interés económico general.....	27
II Derechos de los usuarios.....	34
Bibliografía .....	41

#### Amministrazione pubblica e analisi economica del diritto: istruzioni per l'uso dall'Italia

<b>Michele Carducci, Michele Macri</b> .....	45
1 La logica europea dei "costi" degli oneri amministrativi e l'Italia .....	45
2 Il mito del Leviatano e la riforma delle autonomie territoriali .....	48
3 Utilità dell'analisi economica .....	50
4 Analisi economica e tribunali amministrativi italiani .....	52
5 Il problema dell'interesse pubblico: il caso della tutela dell'ambiente .....	55
6 La questione della misurazione dei vantaggi.....	59
7 Il tema dei "costi sociali".....	61
8 Semplificare in nome dei "costi sociali" .....	64

#### El control judicial de la discrecionalidad en la asignación de pautas publicitarias del Estado en la Argentina

<b>Agustín A. M. García Sanz</b> .....	69
1 Las razones para el festejo actual .....	70
2 Las preguntas que buscan respuesta .....	71
2.1 ¿De qué hablamos? .....	72
2.2 ¿Qué puede hacer el Estado en términos de publicidad? Cuestiones de finalidad y legalidad presupuestaria.....	73
2.3 ¿Cuáles son los límites para la definición del contenido de la publicidad oficial? ....	75
2.4 Los Tiempos: ¿Cuándo puede publicitar el Estado?.....	79

2.5	Los modos: ¿es necesaria la publicidad que actualmente se realiza en todos los casos? .....	80
2.6	Control de pautas y ejecución del gasto: ¿quién le pone el cascabel al gato? .....	82
2.7	Contratación: ¿Cómo debe contratarse la publicidad? .....	83
2.8	¿Hace falta una norma? .....	84
3	El rol de la Justicia ante la falta de un marco legal adecuado .....	84

## Limites à regulação, conforme o Poder Judiciário

<b>João Batista Gomes Moreira</b> .....	87
1 Limites à regulação normativa .....	88
2 Limites à regulação julgadora .....	94

## Controle jurisdicional de políticas públicas

<b>Alexandre Santos de Aragão</b> .....	99
---	----

## Abertura dialógica no controle abstrato de constitucionalidade: um olhar ainda preceitual

<b>Vanice Lírio do Valle, Cecília de Almeida Silva</b> .....	105
1 Introdução .....	105
2 O quadro normativo existente .....	108
3 A distinção entre as hipóteses de intervenção .....	110
4 A audiência pública como mecanismo ditado pela prática .....	112
5 Perplexidades do sistema: ausência de uniformidade no tratamento da participação de terceiro não proponente da demanda .....	116
5.1 Terceiros postulando intervenção no feito .....	116
5.2 Intervenientes obrigatórios .....	118
5.3 Informantes .....	119
6 Ainda perplexidades do sistema: a aproximação das figuras do <i>amicus curiae</i> e dos participantes em audiência pública na visão do STF .....	122
7 Conclusão .....	125
Referências .....	128

## Improbidade administrativa e inversão do ônus da prova

<b>Ricardo Marcondes Martins</b> .....	131
1 Ônus da prova .....	131
2 Inversão do ônus da prova .....	134
3 Presunções legais .....	136
4 Improbidade administrativa .....	137
5 Improbidade administrativa por presunção .....	138
5.1 Presunção de enriquecimento ilícito .....	141
5.2 Princípio da aptidão para prova .....	142
5.3 Dinheiro público e supremacia do interesse público sobre o privado .....	143
5.4 Combate à corrupção e hermenêutica jurídica .....	144
Conclusões .....	147
Referências .....	150

## Gestão pública e a realidade latino-americana

<b>Daniel Wunder Hachem</b> .....	153
1 Introdução .....	153
2 Origens da noção de <i>gestão pública</i> .....	154
3 Significado(s) e objetivos da <i>gestão pública</i> .....	157

4	Correntes e perspectivas teóricas da <i>gestão pública</i> : é possível a transposição da lógica da <i>gestão privada</i> ao espaço público? .....	162
5	A ideia de <i>gestão pública</i> é compatível com a realidade latino-americana? .....	166
6	Conclusão: a vinculação da <i>gestão pública</i> à pauta constitucional e aos direitos fundamentais .....	171
	Referências .....	173

## A modulação ou limitação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade

<b>Luciano Elias Reis</b> .....	177	
1	Controle de constitucionalidade .....	177
2	Teorias de sistemas de controle de constitucionalidade .....	178
3	Teoria adotada no sistema constitucional brasileiro .....	180
4	Mitigação da teoria da nulidade no sistema brasileiro .....	181
4.1	Requisitos para a modulação ou limitação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade .....	183
4.2	Posições do Supremo Tribunal Federal sobre a modulação dos efeitos .....	187
5	Conclusão .....	189
	Referências .....	189

## O controle do Poder Legislativo como direito-dever de participação do cidadão

<b>Júlio Herman Faria</b> .....	191	
	Introdução .....	191
1	Considerações sobre sistemas sociais e Estado de Direito .....	194
2	Sob a ótica do Direito .....	199
3	O controle no Estado de Direito .....	202
3.1	Sindicalidade de atos administrativos ou de atos políticos .....	204
3.2	O controle da conduta parlamentar .....	207
3.2.1	Dever de boa-fé do cidadão .....	210
3.2.2	Aspectos de Direito Eleitoral .....	210
3.2.3	Processo legislativo concreto (Leis de efeito concreto) .....	213
	Conclusões .....	215
	Referências .....	216

## Notas acerca dos serviços públicos de energia elétrica no Brasil: uma análise a partir da ótica do STF

<b>Luiz Egon Richter, Neiva Cristina de Araújo</b> .....	219	
	Considerações iniciais .....	220
1	Compreendendo as formas de execução dos serviços públicos .....	221
2	Compreendendo a exploração do serviço público de energia elétrica: geração, transmissão, distribuição e comercialização .....	225
3	Modos de delegação dos serviços públicos de energia elétrica .....	231
4	O que diz o Supremo Tribunal Federal acerca dos serviços públicos de energia elétrica? .....	234
	Considerações finais .....	236
	Referências .....	238

<b>Índice</b> .....	241
---------------------	-----

<b>Abstracts</b> .....	247
------------------------	-----

<b>Instruções para os autores</b> .....	251
---	-----

# Revista de

# DIREITO CONSTITUCIONAL e Internacional

Ano 18 • n. 73 • out.-dez. / 2010

*Direção e Coordenação*  
**MARIA GARCIA**

*Publicação oficial do*  
Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC

Repositório de jurisprudência  
autorizado pelo Tribunal Regional  
Federal da 5ª Região. 

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

## I. DOUTRINA NACIONAL

1. O constitucionalismo moderno, a democracia e os elementos determinantes da opinião pública na Constituição brasileira de 1988  
 CLAUDIA MARIA LAS CASAS BRITO LAMAS ..... 7
2. A relação entre soberania popular e governo democrático na filosofia política de Jean Jacques Rousseau  
 BRUNO BATISTA DA COSTA DE OLIVEIRA ..... 35
3. Aspectos polêmicos do controle de constitucionalidade em âmbito estadual  
 BRUNO ZILBERMAN VAINER..... 60
4. Teoria da inconstitucionalidade das leis  
 CARLOS FLÁVIO VENÂNCIO MARCÍLIO ..... 84
5. Por um constitucionalismo global  
 EDUARDO RIBEIRO MOREIRA ..... 102
6. O princípio da proibição de retrocesso social no atual marco jurídico-constitucional brasileiro  
 ELIANE ROMEIRO COSTA E OSVALDO FERREIRA DE CARVALHO ..... 117
7. Estado Democrático de Direito e correção legislativa da jurisprudência  
 GUSTAVO DA GAMA VITAL DE OLIVEIRA..... 160
8. A impossibilidade de relativização da dignidade da pessoa humana  
 HÉLIO RIOS FERREIRA E HELIOMAR RIOS FERREIRA ..... 192
9. Inconstitucionalidades: o voto de Marshall (1803) e a modulação de efeitos da Lei 9.868/1999  
 MARIA GARCIA ..... 206
10. Dificuldades operacionais da globalização  
 VÂNIA MÁRCIA DAMASCENO NOGUEIRA..... 224



11. Coisa julgada inconstitucional – Uma interpretação acerca de sua flexibilização	
VIVIEN RACY .....	246

## II. DOUTRINA INTERNACIONAL

1. Hermenêutica jurídica nos conflitos de Direito Internacional Convencional submetidos à jurisdição nacional	
ALICE ALMEIDA FERREIRA .....	265
2. Direito concorrencial internacionalizado – Entre a teoria dos efeitos e os efeitos da teoria	
GABRIEL VALENTE DOS REIS.....	303

## III. JURISPRUDÊNCIA

### 1. ACÓRDÃOS

<p>           AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei de Improbidade Administrativa – Violação ao sistema bicameral – Inocorrência – Projeto de lei que, inicializado na Câmara dos Deputados, sofre emendas na Casa revisora – Posterior retorno à Casa iniciadora que implementa novas alterações, enviando, ato contínuo, à sanção presidencial – Constitucionalidade – Modificação que se restringe a aspectos formais – Inteligência do art. 65 da CF/1988 – STF – <i>ADIn 2.182/DF</i> – Sessão Plenária – m.v. – rel. p/ acórdão Min. <i>Cármem Lúcia</i> </p>	331
--	-----

### 2. DECISÕES E DESPACHOS

<p>           COISA JULGADA – Relativização – Inadmissibilidade – Título judicial – Sentença transitada em julgado que se fundamenta em lei declarada posteriormente inconstitucional pelo Supremo – Segurança jurídica que deve prevalecer – Situação, ademais, que só pode ser corrigida mediante instrumentos processuais adequados – Inteligência do art. 741, parágrafo único, do CPC – STF – <i>RE 594.350/RS</i> – Decisão monocrática – rel. Min. <i>Celso de Mello</i> </p>	379
--	-----

## IV. RESENHA

<p> <i>1. Shaping rule of law through dialogue: international and supranational experiences</i>, organizado por Filippo Fontanelli, Giuseppe Martinico e Paolo Carrozza – resenha por         </p>	
JULIO PINHEIRO FARO HOMEM DE SIQUEIRA .....	393

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	399
--	-----

# Revista de DIREITO IMOBILIÁRIO

Ano 33 • n. 69 • jul.-dez./ 2010

*Publicação oficial do*  
Instituto de Registro  
Imobiliário do Brasil



Instituto de Registro  
Imobiliário do Brasil

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

## I. DOCTRINA NACIONAL

1. O direito à moradia e o papel do Registro de Imóveis na regularização fundiária  
 MARCELO AUGUSTO SANTANA DE MELO..... 9
2. Breve estudo sobre a situação fundiária e registrária da Comarca de Iguape/SP  
 CÉLIO CAUS JÚNIOR..... 81
3. Transferência de posição contratual e a garantia hipotecária  
 PAULO HENRIQUE GONÇALVES PIRES ..... 151
4. Reflexões sobre a autonomia do direito urbanístico e suas interfaces com os outros ramos do direito  
 MARIANA MENCIO ..... 178
5. O registro de imóveis como instrumento para a proteção e o desenvolvimento do mercado imobiliário  
 BIANCA SANT'ANNA DELLA GIUSTINA ..... 206
6. Livros e classificadores obrigatórios no registro de imóveis eletrônico. A correição virtual.  
 LUCIANO LOPES PASSARELLI..... 232

## II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. A nova cidade  
 PEDRO FANDOS PONS ..... 315

## III. CONFERÊNCIAS

1. O registro de imóveis e a tutela do meio ambiente  
 ANELISE GREHS STIFELMAN..... 337

2. Desenvolvimento sustentável e registro: o crescimento econômico controlado e a ordenação do território como fatores essenciais para a estabilidade social

BELÉN MADRAZO MELÉNDEZ..... 351

## IV. JURISPRUDÊNCIA

### ÍTEGRA

#### 1. JUSTIÇA DOS ESTADOS

##### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

CERCEAMENTO DE DEFESA – Inocorrência – Ação civil pública – Meio ambiente – Ausência de procedimento administrativo, de tentativa de conciliação e de realização de prova pericial – Providências que seriam irrelevantes para o prosseguimento do feito. RESERVA LEGAL – Imóvel rural – Obrigatoriedade de delimitação, de demarcação e de averbação no registro de imóveis de área de 20% da propriedade – Admissibilidade – Obrigação que decorre de lei – Inteligência da Lei 4.771/1965. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Meio ambiente – Reserva legal – Condenação à regeneração da área desmatada – Admissibilidade – Função social da propriedade que torna obrigatória a reparação dos danos, independente de culpa do proprietário rural – Inteligência do art. 16 da Lei 4.711/1965 – TJSP – *Ap 990.10.284984-8* – Câmara Reservada ao Meio Ambiente – v.u. – rel. Des. *Renato Nalini*..... 367

#### 2. CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DE SÃO PAULO

REGISTRO DE IMÓVEIS – Parcelamento do solo urbano – Regularização – Loteamento aprovado, registrado e executado em conformidade com o projeto inicial – Não configuração de hipótese de loteamento clandestino ou irregular – Modificações posteriores que não fazem incidir o art. 38 da Lei 6.766/1979 e os itens 152 a 155 do Capítulo XX das NSCGJ. REGISTRO DE IMÓVEIS – Parcelamento do solo urbano – Alteração de loteamento – Loteamento já executado com a venda de todos os lotes – Não incidência da norma do art. 28 da Lei 6.766/1979 – Hipótese de retificação do registro imobiliário. REGISTRO DE IMÓVEIS – Parcelamento do solo urbano – Retificação do registro motivado por alterações havidas no loteamento, que

deixou de ostentar as mesmas características do parcelamento original registrado – Inviabilidade, no caso, ante a ausência de elementos de convicção que a autorizem – Não observância, ademais, do disposto no art. 213 da Lei 6.015/1973, em especial no concernente à anuência dos confrontantes, e da obtenção da necessária concordância dos proprietários particulares dos lotes – Recurso não provido – *Processo CG n. 2008/102500 (403/08-E)*... 374

## V. DECISÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

REGISTRO DE IMÓVEIS – Aquisições de imóveis rurais por pessoas jurídicas brasileiras com participação majoritária estrangeira – Necessidade de observância das restrições constantes da Lei 5.709/1971 também para empresas – Conselho Nacional de Justiça – Pedido de Providências – *Corregedoria 0002981-80.2010.2.00.0000* – 5.<sup>a</sup> Câmara de Coordenação e Revisão..... 379

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO..... 387

DIRETORIA E CONSELHO DELIBERATIVO DO IRIB..... 393

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 395

# Revista de PROCESSO

Ano 35 • n. 190 • dez. / 2010

*Coordenação*

**TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER**

*Publicação oficial do*

Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, sob n. 11 (Portaria 8/1990); pelos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS da 1.<sup>a</sup> Região (Portaria 2, de 06.06.1992, *DJU* II, de 17.06.1992, p. 17850), da 4.<sup>a</sup> Região (Portaria 1, de 20.05.1997, *DJU* II, de 27.05.1997, p. 38103), e da 5.<sup>a</sup> Região (*DJU* II, de 15.08.2003, p. 1123); pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria 01955, de 31.10.1997, *DJ* de 24.11.1997), e pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (Extrato de Convênio 09/2005).

## I. DOCTRINA NACIONAL

1. Embargos de divergência: alguns aspectos estruturantes  
 FLÁVIO CHEIM JORGE..... 9

## II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Activismo judicial y participación en la construcción de las políticas públicas  
 ROBERTO OMAR BERIZONCE..... 37
2. Fundamentos y tendencias actuales en el desarrollo del Derecho Procesal Civil Europeo  
 HANNS PRÜTTING..... 71

## III. ATUALIDADES NACIONAIS

1. O termo *a quo* para contagem do prazo de 15 dias e a incidência da multa do art. 475-J do Código de Processo Civil  
 FABIANA ALVES DA SILVA ..... 93
2. Ineficácia da regra de retenção dos recursos especial e/ou extraordinário interpostos contra acórdão que julga agravo de instrumento  
 TIAGO FIGUEIREDO GONÇALVES ..... 120
3. O princípio da motivação nas decisões judiciais de segunda instância dos Juizados Especiais Cíveis  
 ADRIANO CESAR FELISBERTO E CELSO HIROSHI ICOHAMA..... 127
4. Relatório apresentado às XXII Jornadas Iberoamericanas de Derecho Procesal – Tutelas urgentes y cautela judicial  
 CASSIO SCARPINELLA BUENO ..... 154

5. Liminar em mandado de segurança – Lei 12.016/2009 – Questões relevantes CLÓVIS FEDRIZZI RODRIGUES.....	197
6. Ensaio sobre o dever de colaboração das partes previsto no projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONICIO.....	210
7. Súmula 410 do STJ: breve análise crítica ANTONIO DE PÁDUA SOUBHIE NOGUEIRA.....	231
8. Garantias constitucionais da publicidade dos atos processuais e da motivação das decisões no Projeto do CPC – Análise e proposta JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI .....	257
9. O novo agravo sem instrumento para Tribunais Superiores: antecedentes e perspectivas OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ.....	270

#### IV. ATUALIDADES INTERNACIONAIS

1. Per un nuovo Codice di Procedura Civile – Libro Terzo ANDREA PROTO PISANI .....	277
---	-----

#### V. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. A denunciação à lide e a possibilidade de condenação direta e solidária do denunciado: uma análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça EIDER AVELINO SILVA.....	299
---	-----

#### VI. CONFERÊNCIAS

1. Repensando a prova de ofício GLAUCO GUMERATO RAMOS.....	315
---	-----

#### VII. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. A hora e a vez da litigância de má-fé FERNANDA MERCIER QUERIDO FARINA.....	339
--	-----



## VIII. JURISPRUDÊNCIA

### 1. ACÓRDÃOS

#### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – Extensão da isenção da sucumbência e dos honorários advocatícios em ação popular para a respectiva medida cautelar preparatória – Admissibilidade, mesmo sem a efetiva propositura da ação principal – Interpretação extensiva da Constituição – Isenção do pagamento que se impõe – Inteligência do art. 5.º, LXXIII, da CF/1988 – STF – RE 335.428/SP – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Dias Toffoli .... 357

#### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Inadmissibilidade – Ausência de obscuridade, contradição ou omissão no acórdão hostilizado – Julgado devidamente fundamentado e em consonância com entendimento pacificado na Corte Superior – Recurso, ademais, que não possui efeito modificativo – Inteligência do art. 535 do CPC – STJ – EDcl no REsp 853.190/RS – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. Sidnei Beneti ..... 362

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Omissão e obscuridade – Inocorrência – Inexistência de vícios modificadores do julgado – Fundamentação baseada em jurisprudência majoritária da Corte Especial e que não merece reforma. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Prequestionamento de dispositivos constitucionais para fins de interposição de recurso extraordinário – Inadmissibilidade – Discussão que vai além do permitido por lei – Via eleita inadequada – Inteligência do art. 535, I e II, do CPC – STJ – EDcl no AgRg no REsp 895.545/MG – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. Sidnei Beneti ..... 364

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – Caracterização – Embargos de devedor – Execução de título extrajudicial – Condenação solidária da parte e do seu patrono – Inadmissibilidade – Pagamento de multa e indenização que é devida apenas aos litigantes – Apuração de eventuais danos decorrentes de lide temerária proposta pelo advo-

gado, em conluio com o cliente, que deve ser apurada em ação própria – Inteligência dos arts. 14, 17 e 18 do CPC e art. 32, parágrafo único, da Lei 8.906/1994 – STJ – <i>REsp 1.173.848/RS</i> – 4. <sup>a</sup> T. – v.u. – rel. Min. <i>Luis Felipe Salomão</i> .....	367
--	-----

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

EMBARGOS INFRINGENTES – Não conhecimento – Inadmissibilidade – Oposição em sede de mandado de segurança – Violação iminente a direito fundamental que afasta inadequação do recurso. MANDADO DE SEGURANÇA – Interposição oponível a decisão do Comandante-Geral da Polícia Militar de transferir ex-policial para a Polinter sem separá-lo dos outros detentos – Admissibilidade – Risco a integridade física do impetrante que se evidencia – TJRJ – <i>El 2008.005.00440</i> – 11. <sup>a</sup> Câ. Civ. – m.v. e v.u. – rel. Des. <i>Mauro Pereira Martins</i> .....	377
---	-----

IX. RESENHAS

1. <i>Teoria do processo – Panorama doutrinário mundial – 2.<sup>a</sup> série</i> de Fredie Didier Jr. (org.) – resenha por PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA .....	381
2. <i>The civil procedure rules ten years on</i> , de Déirdre Dwyer (coord.) – resenha por NEIL ANDREWS .....	385

X. RESUMOS .....	389
------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	392
-----------------------------------	-----

CONSELHEIROS HOMENAGEADOS .....	400
---------------------------------	-----

# REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 99 • volume 902 • dezembro 2010 • p. 1-800

Repositório autorizado de  
Jurisprudência

## **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Proc. 33/85 – DDID

(*DJU* 23.10.1985, p. 18861),

registrado sob n. 006/85

## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Port. n. 8, de 31.05.1990

(*DJU* 06.06.1990, p. 5171).



## **PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

## **TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS**

1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Regiões

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

São Paulo

Central de Relacionamento RT  
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)  
Tel.: 0800-702-2433  
[www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

**EDITORA**   
**REVISTA DOS TRIBUNAIS**

## FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

### DOCTRINA CIVIL

#### Primeira Seção

Conteúdo e aplicação operacional e temporal do art. 1.º-F da Lei 9.494/1997, na redação dada pela Lei 11.960/2009

FELIPE BARRETO FRIAS ..... 9

#### Segunda Seção

Biopirataria: a grave problemática das patentes

ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES..... 48

#### Terceira Seção

Aspectos processuais do acesso a medicamentos e tratamentos médicos: tutela judicial do direito fundamental à saúde

MARCO AURÉLIO SERAU JUNIOR..... 66

### PARECER CIVIL

Coação econômica (*economic duress*)

JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA..... 87

# JURISPRUDÊNCIA GERAL CIVIL

1. Supremo Tribunal Federal .....	111
2. Superior Tribunal de Justiça .....	163
3. Tribunal de Justiça de São Paulo .....	221
4. Justiça dos Estados.....	250
Tribunal de Justiça do Acre.....	250
Tribunal de Justiça de Alagoas .....	257
Tribunal de Justiça do Amapá .....	261
Tribunal de Justiça da Bahia .....	267
Tribunal de Justiça do Distrito Federal .....	271
Tribunal de Justiça do Espírito Santo .....	288
Tribunal de Justiça de Goiás .....	292
Tribunal de Justiça do Maranhão .....	296
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	301
Tribunal de Justiça de Mato Grosso .....	307
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	310
Tribunal de Justiça do Pará .....	312
Tribunal de Justiça do Paraná.....	316
Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	319
Tribunal de Justiça do Piauí .....	323
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro .....	327
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte .....	330
Tribunal de Justiça de Rondônia .....	336
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul .....	340
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	344
5. Tribunais Regionais Federais.....	359
1.ª Região.....	359
2.ª Região.....	375
4.ª Região.....	381
5.ª Região.....	389

# FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

## DOCTRINA PENAL

### Primeira Seção

O crime de estupro sob o prisma da Lei 12.015/2009 (arts. 213 e 217-A do CP)

GUILHERME DE SOUZA NUCCI, JAMIL CHAIM ALVES, RAFAEL BARONE,  
JULIANA BURRI, PATRÍCIA CUNHA e RAPHAEL ZANON ..... 395

### Segunda Seção

Visita íntima: direito ou prêmio ao condenado?

SIMONE DE ALCANTARA SAVAZZONI ..... 423

### Terceira Seção

Os elementos normativos do tipo: surgimento, caracterização e a problemática do erro

FÁBIO GUEDES DE PAULA MACHADO e DANIELA FERNANDES DE OLIVEIRA ... 445

## TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS PENAIS

1. Jurisprudência Seleccionada ..... 481

## JURISPRUDÊNCIA GERAL PENAL

1. Supremo Tribunal Federal ..... 483

2. Superior Tribunal de Justiça ..... 533

3. Tribunal de Justiça de São Paulo ..... 587

4. Justiça dos Estados.....	617
Tribunal de Justiça do Acre.....	617
Tribunal de Justiça de Alagoas.....	620
Tribunal de Justiça do Amapá.....	625
Tribunal de Justiça da Bahia.....	632
Tribunal de Justiça do Ceará.....	635
Tribunal de Justiça do Distrito Federal.....	638
Tribunal de Justiça do Espírito Santo.....	648
Tribunal de Justiça de Goiás.....	654
Tribunal de Justiça do Maranhão.....	657
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	660
Tribunal de Justiça do Mato Grosso.....	664
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	668
Tribunal de Justiça do Pará.....	674
Tribunal de Justiça do Paraná.....	677
Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	683
Tribunal de Justiça do Piauí.....	686
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.....	691
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.....	694
Tribunal de Justiça de Rondônia.....	700
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.....	706
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.....	713
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	717
5. Tribunais Regionais Federais.....	726
1.ª Região.....	726
2.ª Região.....	731
4.ª Região.....	735
5.ª Região.....	747
6. Tribunal de Justiça Militar de São Paulo.....	751

## ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Matéria Civil.....	761
Matéria Penal.....	779
Normas de Publicação para os Autores.....	799

# Revista de DIREITO DO TRABALHO

Ano 36 • n. 139 • jul.-set. / 2010

Coordenação

**DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI**

*Publicação Oficial da Asociación Iberoamericana  
de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social (AIDTSS)*

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST (Registro 11/1995) e pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL da 5.<sup>a</sup> Região (Repositório Oficial de Jurisprudência 8/2003).



# SUMÁRIO

## I. DOCTRINA NACIONAL

1. A aplicabilidade da multa do art. 475-J do CPC no âmbito do processo trabalhista  
ARISTTEU PASSOS HONORATO ..... 11
2. A posição hierárquica da Convenção Coletiva de Trabalho  
ÍCARO DE SOUZA DUARTE ..... 47
3. O requerimento administrativo prévio não é condição da ação nas ações previdenciárias  
MARCO CESAR DE CARVALHO..... 77
4. Considerações acerca do assédio moral no ambiente laboral  
NORDSON GONÇALVES DE CARVALHO..... 103
5. A remessa *ex officio* no direito do trabalho: lacunas e soluções  
PIAZA MERIGUE DA CUNHA ..... 119
6. Direitos fundamentais, direitos da personalidade e o direito do trabalho  
RAFAEL FORESTI PEGO e DENISE JACQUES MARCANTONIO..... 137
7. Novas considerações sobre a ponderação entre os direitos fundamentais do trabalhador e o poder diretivo do empregador à luz da ordem econômica constitucional  
ROSELI DE FÁTIMA BIALESKI e MARCO ANTÔNIO CÉSAR VILLATORE..... 155

## II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. El representante sindical y su protección  
HUGO ROBERTO MANSUETI..... 183

### III. PARECERES

1. Direito previdenciário constitucional. Art. 40, § 4.º, da CF. Regime especial para os servidores públicos em atividade de risco. Sobreposição ao regime geral. Delegação à lei complementar. LC 51/1985. Implementação dos princípios da igualdade, da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana. Opinião legal

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS e CLÁUDIA FONSECA MORATO  
PAVAN .....

199

### IV. JURISPRUDÊNCIA

#### 1. ACÓRDÃOS

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

TERCEIRIZAÇÃO – Ilegalidade – Inadmissibilidade – Empresa de telecomunicações que contrata operadora de telemarketing por meio de outra empresa – Prestação de serviços inerentes à atividade-fim – Lei específica que amplia as possibilidades de contratação indireta mas que não afasta a responsabilidade subsidiária da tomadora – Inteligência dos arts. 60 e 94, II, da Lei 9.472/1997 e Súmula 331, IV, do TST – TST – RR 23400-77.2009.5.03.0015 – 8.ª T. – m.v. – rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.....

221

DANO MORAL – Indenização – Empregada doméstica – Investigação policial inadequada e excessiva para apuração de furto na residência em que a empregada trabalha – Abuso de poder dos empregadores que por influência política e econômica autorizou investigação desproporcional – Lesão à honra, imagem e vida privada ao constranger a obreira em seu ambiente de trabalho – Verba devida – Entendimento do art. 5.º, X, da CF/1988. CONTRATO DE TRABALHO – Rescisão indireta – Empregada doméstica – Abuso de poder dos empregadores ao autorizar investigação policial inadequada e excessiva para apuração de furto na residência – Constrangimento extraordinário que torna insuportável a continuidade de prestação de serviços – Pagamento das verbas rescisórias que se impõe – Inteligência do art. 483, e, da CLT – TST – RR 118900-04.2006.5.10.0009 – 7.ª T. – v.u. – rel. Min. Pedro Paulo Manus .....

228

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2.<sup>a</sup> REGIÃO

CONTRATO DE TRABALHO – Rescisão contratual – Vencimento antecipado das parcelas do contrato de mútuo em razão de demissão – Inadmissibilidade – Ilegalidade das cláusulas contratuais por indicar condição adstrita ao exclusivo arbítrio do empregador – Impossibilidade, ademais, de desconto na rescisão de valor maior do que o salário mensal – Normas protetivas de ordem pública que independem da anuência do empregado na contratação – Nulidade das cláusulas do empréstimo que se impõe – Inteligência do art. 122 do CC/2002 e art. 477, § 5.º, da CLT – TRT-2.<sup>a</sup> Reg. – RO 00286200708902002 – 12.<sup>a</sup> T. – v.u. – rel. Des. *Jomar Luz de Vassimon Freitas*..... 233

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4.<sup>a</sup> REGIÃO

PRESCRIÇÃO – Inocorrência – Ação indenizatória – Acidente do trabalho – Dano de natureza trabalhista cujo prazo prescricional é estabelecido pelo Código Civil – Evento ocorrido antes do advento da EC 45/2004 e que é contado a partir da ciência inequívoca da incapacidade laborativa – Aplicação do prazo civil de 20 anos, vigente à época – Inteligência do art. 177, *caput*, do CC/1916. ACIDENTE DO TRABALHO – Indenização – Danos material e moral – Alegação de culpa exclusiva da vítima – Inadmissibilidade – Ausência de provas de que a conduta do empregado é a causa única do acidente, sem ligação com quaisquer outras circunstâncias – Comprovação do nexo causal, dano e culpa do empregador – Verbas devidas – TRT-4.<sup>a</sup> Reg. – RO 0091700-58.2005.5.04.0030 – 4.<sup>a</sup> T. – v.u. – rel. Des. *Hugo Carlos Sheuermann*..... 237

JORNADA DE TRABALHO – Prorrogação – Adicional noturno – Admissibilidade – Turno noturno que prorroga-se no diurno, após as 5h – Continuidade e majoração do desgaste físico e mental do empregado em razão do trabalho em horário destinado ao repouso estendido – Inteligência do art. 73, § 5.º, da CLT e Súmula 60 do TST – TRT-4.<sup>a</sup> Reg. – RO 0109800-09.2009.5.04.0002 – 6.<sup>a</sup> T. – m.v. – rel. Des. *Beatriz Renck*..... 260

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.<sup>a</sup> REGIÃO

CONTRATO DE TRABALHO – Rescisão contratual – Justa causa – Ocorrência – Abuso do direito de

greve – Empregado que depreda ônibus da empresa, causando avarias nos veículos com o objetivo de impedir a livre circulação e o trabalho dos funcionários que não aderiram ao movimento – Comprovação da superação dos limites previstos em lei para exercício do direito – Inteligência do art. 6.º, §§ 1.º e 3.º, da Lei 7.783/1989 e art. 482, *b*, da CLT – TRT-8.ª Reg. – RO 0113100-44-2009-5-08-0009 – 2.ª T. – v.u. – rel. Des. *Elizabeth Fátima Martins Newman* ..... 263

RELAÇÃO DE TRABALHO – Vínculo de emprego – Pretendido reconhecimento por contratação direta para manutenção ou construção de cerca em fazenda – Inadmissibilidade – Ausência de comprovação dos requisitos da relação de emprego – Realização de serviços sazonais mediante empreitada que não vincula o tomador de serviços – Inteligência da OJ 191 da SDI-1 do TST. JORNADA DE TRABALHO – Horas extras – Contrato de empreitada – Inadmissibilidade – Ausência de vínculo empregatício em razão de trabalho sazonal que não permite estipulação do horário de trabalho – Verba indevida. DANO MORAL – Indenização – Contrato de empreitada – Labor em condições análogas à de escravo – Inadmissibilidade – Contradições e ausência de provas robustas de fiscalização ostensiva, restrição da liberdade, retenção de documentos e salários do trabalhador – Verba indevida – TRT-8.ª Reg. – RO 0306100-15.2009.5.08.0201 – 4.ª T. – v.u. – rel. Des. *Walter Roberto Paro*..... 273

#### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20.ª REGIÃO

EMPREGADA GESTANTE – Dispensa durante o prazo de estabilidade provisória – Ajuizamento da ação após exaurido lapso de cinco meses – Admissibilidade – Demora que não caracteriza, por si só, o abuso de direito ou óbice à pretensão da trabalhadora – Pagamento de indenização dos salários do período e das verbas rescisórias que se impõe – Inteligência do art. 7.º, I e XXIX, da CF/1988, art. 10, II, *a*, do ADCT e Súmula 244, II, do TST – TRT-20.ª Reg. – RO 0135300-33.2009.5.20.0002 – Sessão Ordinária Plena – v.u. – rel. Des. *Josenildo dos Santos Carvalho* ..... 281

#### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23.ª REGIÃO

AGRAVO DE PETIÇÃO – Execução trabalhista – Desconsideração da personalidade jurídica – Ex-compa-

nheira de sócio de empresa executada que pretende defender imóvel alienado judicialmente do qual é meeira – Inadmissibilidade – Meio processual inadequado – Possibilidade de oposição de embargos de terceiros para analisar a pretensão, em via própria – TRT-23.<sup>a</sup> Reg. – AgPet 00105.2006.009.23.00-4 – 2.<sup>a</sup> T. – v.u. – rel. Des. *Leila Calvo* .....

287

HORAS EXTRAS – Cargo de confiança – Empregado que exerce atos de gestão, direção e possui remuneração superior a seus subordinados – Comprovação do efetivo exercício de representação do empregador – Verba indevida – Inteligência do art. 62, II, da CLT. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – Cláusula única que veda reajustes salariais e cesta básica para empregados em cargo de confiança – Existência de norma coletiva posterior que trata dos benefícios em cláusulas diversas – Possibilidade de aplicação da benesse alimentar apenas no período de vigência da norma que possui disposição específica. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS – Norma coletiva que veda pagamento para empregados dispensados antes da apuração do valor da benesse – Inadmissibilidade – Cláusula discriminatória que fere o princípio da isonomia – Participação que é devida de forma proporcional aos esforços realizados enquanto eram empregados – Entendimento da OJ 390 da SDI-1 do TST. EQUIPARAÇÃO SALARIAL – Inadmissibilidade – Cargo de confiança – Empregado paradigma que foi rebaixado da função de chefia mantendo a remuneração – Desnível salarial que se dá em decorrência de situação pessoal do empregado e que não preenche requisitos da equiparação – Inteligência do art. 461 da CLT e da Súmula 6, VI, do TST – TRT-23.<sup>a</sup> Reg. – RO 0043600-20.2008.5.23.0004 – 1.<sup>a</sup> T. – v.u. – rel. Des. *Roberto Benatar* .....

290

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24.<sup>a</sup> REGIÃO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Saúde pública – Responsabilidade subsidiária do Município – Verbas trabalhistas inadimplidas – Admissibilidade – Repasse de verbas públicas para manutenção de hospital por meio de convênio – Ente público que é responsável na ausência de adimplemento pelo conveniado – Incidência da Súmula 331, IV, do TST – TRT-24.<sup>a</sup> Reg. – RO

0034600-10.2009.5.24.0076 – 1. <sup>a</sup> T. – m.v. – rel. Des. André Luiz Moraes de Oliveira.....	301
RELAÇÃO DE TRABALHO – Trabalho rural – Vínculo de emprego – Descaracterização – Ausência de subordinação e salário – Comprovação da capacidade negocial do reclamante ao extrair e comercializar leite de forma independente – Validade do contrato de parceria rural que se impõe – Inteligência do art. 3. <sup>o</sup> da CLT – TRT-24. <sup>a</sup> Reg. – RO 0054300-24.2009.5.24.0091 – 2. <sup>a</sup> T. – v.u. – rel. Des. João de Deus Gomes de Souza .....	303
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Contrato de empreitada – Empreiteiro que é contratado por empresa privada para prestar edificação de creche municipal – Inadimplência trabalhista – Responsabilidade subsidiária do ente público – Inadmissibilidade – Execução de serviço certo e determinado que não se confunde com terceirização – Dono da obra que não é empresa construtora ou incorporadora e que não pode ser responsabilizado – Inteligência da OJ 191 da SDI-1 do TST – TRT-24. <sup>a</sup> Reg. – RO 0058700-89.2009.5.24.0056 – 2. <sup>a</sup> T. – m.v. – rel. Des. Nicanor de Araújo Lima .....	306

## 2. DECISÕES E DESPACHOS

### TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

DIREITO DE GREVE. Bancários. Restrição do acesso de funcionários e clientes nas agências bancárias. Cassação do deferimento de liminar em interdito proibitório contra iminente turbação e esbulho da propriedade baseado em provas nos autos. Suspensão da eficácia da ordem de expedição de mandado proibitório que se impõe – TST – <i>Correição Parcial 59342/68.2010.5.00.0000</i> – Min. Carlos Alberto Reis de Paula .....	311
---	-----

## V. NOTAS

1. Justiça do Trabalho no Brasil: recentes alterações DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI .....	315
2. Seguridade Social MARIAROSA COSTA GONÇALVES.....	325

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES.....	335
---	-----

# Revista de DIREITO DO TRABALHO

Ano 36 • n. 140 • out.-dez./ 2010

Coordenação

**DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI**

*Publicação Oficial da Asociación Iberoamericana  
de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social (AIDTSS)*

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST (Registro 11/1995) e pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL da 5.<sup>a</sup> Região (Repositório Oficial de Jurisprudência 8/2003).

## I. DOCTRINA NACIONAL

1. A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional  
 DIONES SANTOS CAMPOS ..... 11
2. O ônus da prova no direito do trabalho: distribuição dinâmica e inversão  
 GABRIELLA DINELLY RABELO MARECO ..... 45
3. Apontamentos sobre a história do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho  
 HÉLCIO LUIZ ADORNO JÚNIOR ..... 61
4. *Stock option plans* na visão da doutrina e dos tribunais brasileiros  
 JORGE CAVALCANTI BOUCINHAS FILHO ..... 81
5. Apontamentos sobre a aplicação da multa do art. 475- J do CPC no processo trabalhista  
 MAYKE AKIHYTO IYUSUKA ..... 104
6. Consórcio de empregadores urbanos  
 PATRÍCIA PINHEIRO SILVA ..... 121
7. As categorias de direitos humanos constitucionalizados: questões de gênero em face do art. 5.º, I, da CF/1988  
 PAULO PIRES FILHO ..... 147

## II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. La libertad sindical en México  
 ARTURO MARTÍNEZ Y GONZÁLEZ ..... 161



2. La reforma del art. 12 L.C.T.: contrato de trabajo y orden público laboral	
CARLOS ALBERTO ETALA .....	175
3. Jornadas Iberoamericanas de Derecho del Trabajo: libertad sindical	
JORGE J. SAPPIA.....	200

### III. JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

#### 1. ACÓRDÃOS

##### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AGRAVO REGIMENTAL – Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento, por entender não ser possível limitar o número de dirigentes sindicais – Admissibilidade – Estabilidade sindical respaldada por entendimento consolidado da Corte Suprema – Discussão em torno dos limites objetivos da coisa julgada, ampla defesa, contraditório e devido processo legal que, em regra, não dão ensejo à abertura da via extraordinária – Julgado, ademais, que não precisa ser exaustivamente fundamentado – Inteligência do art. 522 da CLT e dos arts. 8.º, I, e 93, IX, da CF/1988 – STF – <i>AgRg no AgIn 803.632/RS</i> – 1.ª T.– v.u. – rel. Min. <i>Ricardo Lewandowski</i> .....	215
---	-----

##### TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

VÍNCULO DE EMPREGO – Caracterização – Policial militar que presta serviços de vigilância em empresa privada – Comprovação da condição de empregado – Relação de emprego que deve ser reconhecida, independentemente de eventual irregularidade disciplinar na esfera militar – Inteligência do art. 3.º da CLT e Súmula 386 do TST – TST – <i>RR 144500-02.2008.5.01.0205</i> – 8.ª T. – v.u. – rel. Min. <i>Dora Maria da Costa</i> .....	219
--	-----

RECURSO DE REVISTA – Interposição visando reformar sentença condenatória – Danos morais decorrente de acidente de trabalho – Inadmissibilidade – Via extraordinária que não se presta a reexame fático-probatório – Inteligência da Súmula 126 do TST – TST – <i>AgIn no RR 3249840-85.2006.5.11.0006</i> – 8.ª T. – v.u. – rel. Min. <i>Dora Maria da Costa</i> .....	222
--	-----

TERCEIRIZAÇÃO – Responsabilidade solidária – Inadmissibilidade – Portuário – Trabalhador avulso – Ente sindical que intermedia Mão de Obra através do Órgão Gestor de mão de obra do Porto Organizado de Santos – Ausência de previsão em lei específica da responsabilização que não implica aplicação da regra geral – Ônus que deve decorrer de lei, obstando a interpretação extensiva – Inteligência do art. 19, § 2.º, da Lei 8.630/1993. JORNADA DE TRABALHO – Horas extras e intervalo intrajornada – Inadmissibilidade – Trabalhador avulso – Portuário – Norma coletiva que prevê jornada ininterrupta de revezamento sem previsão de pagamento das horas extraordinárias – Lei especial que prevalece sobre a geral – Inteligência do art. 29 da Lei 8.630/1993 – TRT-2.<sup>a</sup> Reg. – RO 00444.2008.443.02.00-0 – 12.<sup>a</sup> T. – v.u. – rel. Des. *Marcelo Freire Gonçalves* ..... 227

RECURSO ORDINÁRIO – Não conhecimento – Ausência de expressa impugnação dos fatos e fundamentos do *decisum* – Lesão ao princípio da dialeticidade recursal – Inteligência do art. 514, II, CPC e Súmula 422 do TST. DANO MORAL – Indenização – Atraso no pagamento de salário de professor universitário – Não existência de lesão a direito personalíssimo ou abuso no exercício de direito – Mero transtorno, descontentamento e frustração que não são suficientes para ensejar ato ilícito – Verba indevida – TRT 2.<sup>a</sup> Reg. – RO 01516.2008.471.02.00-6 – 12.<sup>a</sup> T. – v.u. – rel. Des. *Marcelo Freire Gonçalves* ..... 229

RECURSO DE REVISTA – Nulidade – Inocorrência – Negativa de prestação jurisdicional – Magistrado que não se obriga a responder todos os fundamentos impugnados quando expressa claramente as razões do seu convencimento – Inexistência de violação ao art. 93, IX, da CF/1988 – Inteligência da OJ 115 da SDI-I. RECURSO ORDINÁRIO – Deserção – Inocorrência – Guia de depósito recursal juntada aos autos em cópia carbonada da original – Documento válido, embora desprovido de autenticação – Depósito e custas recolhidos nos valores corretos que permitem o conhecimento do recurso – Aplicação dos princípios da boa-fé e instrumentalidade dos processos que se impõe –

TRT-2.<sup>a</sup> Reg. – RR 42200-06.2009.5.06.0231 – 3.<sup>a</sup> T. – v.u. –  
rel. Des. Rosa Maria Weber Candiota da Rosa ..... 235

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4.<sup>a</sup> REGIÃO

CONTRATO DE TRABALHO – Nulidade – Ocorrência  
– Contratação de dirigente sindical sem prévia prestação  
de concurso público – Demanda interposta para requer  
reintegração ao cargo em razão de eventual estabilidade  
provisória – Inadmissibilidade – Irregularidade que torna  
válida a relação de emprego apenas no tocante à contra-  
prestação pecuniária do trabalho realizado – Inteligência  
do art. 37, II, da CF/1988 e Súmula 363 do TST – TRT-4.<sup>a</sup>  
Reg. – RO 023600-24.2001.5.04.0731 – 10.<sup>a</sup> T. – v.u.  
– rel. Des. Milton Varela Dutra ..... 241

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9.<sup>a</sup> REGIÃO

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – In-  
teresse de agir – Inocorrência – Homologação da res-  
cisão do contrato de trabalho – Reclamada que não  
deseja liberação de obrigação, mas tão somente a ob-  
tenção de formalização do término do contrato – Ex-  
tinção do processo sem resolução do mérito que se im-  
põe – Inteligência dos arts. 477 e 890 da CLT – TRT-9.<sup>a</sup>  
Reg. – RO 00380-2010-026-09-00-6 – 1.<sup>a</sup> T. – v.u. –  
rel. Des. Ubirajara Carlos Mendes ..... 245

ESTABILIDADE PROVISÓRIA – Gestante – Reintegração  
ao trabalho ou conversão em indenização – Inadmissibi-  
lidade – Aborto involuntário – Perda do objeto tutelado  
– Necessidade de ocorrência de parto para que o prazo de  
cinco meses seja assegurado – Estabilidade, ademais, que  
é devida apenas durante o período de recuperação orgâ-  
nica da mulher – Inteligência do art. 395 da CLT – TRT-9.<sup>a</sup>  
Reg. – RO 02569-2009-069-09-00-8 – 1.<sup>a</sup> T. – v.u. –  
rel. Des. Ubirajara Carlos Mendes ..... 250

DANO MORAL – Indenização – Vigilante bancário pre-  
so por desobediência ao impedir que policiais militares  
adentrassem em agência bancária, fora do horário ban-  
cário e sem autorização do gerente – Orientação para  
a referida conduta que ensejaria na culpa do empregador  
– Inadmissibilidade – Ausência de violação ao de-

ver de vigilância e fiscalização – Fato de terceiro que se evidencia – Verba indevida. JORNADA DE TRABALHO – Hora extra habitual – Ocorrência – Vigilante bancário – Cumprimento de horas extraordinárias concomitante ao ajuste de compensação de horas prevista em acordo ou convenção coletiva – Efetiva prestação de horas que ultrapassa a quantidade destinada à compensação – Verba devida – Inteligência da Súmula 85, IV, do TST – TRT-9.<sup>a</sup> Reg. – RO 13657-2007-009-09-00-0 – 1.<sup>a</sup> T. – v.u. – rel. Des. *Ubirajara Carlos Mendes*..... 260

INDENIZAÇÃO – Danos materiais, morais e estéticos – Acidente do trabalho – Acompanhante de motorista rodoviário que sofre grave acidente de trânsito em razão de seu colega ter adormecido ao volante durante a viagem – Cansaço provocado pelo excesso de jornada de trabalho – Culpa exclusiva da empresa que não exerceu corretamente seu dever legal de fiscalização, proteção à saúde e organização da produção de seus empregados – Verba devida – Inteligência dos arts. 186, 927, parágrafo único, e 932 do CC/2002, do art. 157 da CLT e da Súmula 341 do STF. INDENIZAÇÃO – Pensão mensal vitalícia – Aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho – Redução total e permanente da capacidade laborativa – Compensação entre o valor do auxílio-doença e a pensão mensal – Inadmissibilidade – Reparação do ato ilícito que não se confunde com o benefício previdenciário – Inteligência do art. 7.<sup>o</sup>, XXVIII, da CF/1988, do art. 950 do CC/2002, do art. 475-Q do CPC e da Súmula 229 do STF – TRT-9.<sup>a</sup> Reg. – RO 99520-2006-008-09-00-7 – 1.<sup>a</sup> T. – v.u. e m.v. – rel. Des. *Ubirajara Carlos Mendes* ..... 282

#### IV. JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

1. Recurso de Casación ..... 309
2. Despido por justa causa: desidia en el trabajo ..... 319

#### V. NOTAS

1. Escenario neoliberal vs. Derechos Laborales: necesidad de modificar la realidad actual  
 GUILLERMO FERRIOL MOLINA..... 323

2. Las vicisitudes de un proceso laboral autónomo en Uruguay	
JORGE ROSENBAUM RIMOLO.....	331

3. Nocion historica y analisis del Derecho Procesal	
RAUL JIMENEZ SANJINES.....	355

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	361
--	-----

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1413-3873

REVISTA  
DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

(Art. 168 da Lei Complementar nº 106, de 03 de janeiro de 2003)

# SUMÁRIO

## *DOCTRINA*

<b>Arnoldo Wald</b> – A responsabilidade dos sócios na sociedade civil e na sociedade anônima .....	3
<b>Damásio de Jesus</b> – O “big brother” vem aí? .....	17
<b>Décio Alonso Gomes</b> – Política criminal brasileira e o papel do Ministério Público .....	19
<b>Emerson Garcia</b> – A religião entre a pessoa humana e o Estado de Direito: diretrizes para a atuação do Ministério Público .....	43
<b>Fernando Capez</b> – Considerações gerais sobre o indiciamento e a identificação criminal do civilmente identificado (Lei n. 12.037, de 1º de outubro de 2009) .....	63
<b>Fernando Tourinho Filho</b> – Eficácia da lei processual no tempo .....	67
<b>José Barcelos de Souza</b> – Inquirição direta de testemunhas pelas partes. As perguntas dos jurados. Oportunidade das perguntas do juiz. Identidade física do juiz e a reforma processual penal de 2008 .....	75
<b>José dos Santos Carvalho Filho</b> – Conselhos Nacionais da Justiça e do Ministério Público: complexidades e hesitações .....	87
<b>José Marinho Paulo Junior</b> – Da educação ambiental moderna e da destinação de multa compensatória extrajudicial em favor de projetos de conscientização comunitária .....	109
<b>Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</b> – O Ministério Público e a efetividade do Direito: a defesa da proteção de crianças e adolescentes diante da liberdade de imprensa .....	123
<b>Robson Renault Godinho</b> – Notas acerca da capacidade postulatória do Ministério Público .....	139
<b>Sergio Demoro Hamilton</b> – O arquivamento no projeto de reforma do Código de Processo Penal .....	159

## PARECERES E RAZÕES

- Direito do Consumidor - Dano decorrente de vendaval - Concessionária de Serviço de Energia Elétrica - LIGTH - Responsabilidade Objetiva - Legitimação da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para a propositura de ação civil pública (**Carlos Andresano Moreira**) ..... 173
- Mandado de segurança. Portador de necessidades especiais. Aprovação em concurso público. Direito líquido e certo violado, uma vez que se não tem condições de exercer todas as funções do cargo, pode exercer algumas ou todas com adaptação. Parecer pela concessão da segurança (**Cláudio Henrique da Cruz Viana**) ..... 179
- Parecer - Processo administrativo disciplinar - Atividade probatória ministerial - Repercussões na esfera processual penal e administrativa - Liminar do STJ que confere pecha de nula à perícia elaborada pelo GATE - Desconformidade processual e teoria dos frutos da árvore envenenada - Exceções - (Re)avaliação das provas e salvação dos atos processuais e administrativos praticados (**Décio Alonso Gomes**) ..... 187
- Requerimento de falência - Ausência de protesto especial para fins falimentares - Desnecessidade - Suficiência do protesto cambial comum (**Mario Moraes Marques Junior**) ..... 199
- Protesto por novo júri. Revogação. Aumento de pena pelo Tribunal *ad quem*, para o fim exclusivo de permitir o protesto por novo júri. Decisão *ultra petita*. Violação da soberania dos veredictos do júri popular. Impossibilidade de aplicação de norma processual penal revogada. Ausência de conteúdo material na norma que regula recurso no processo penal. Inviabilidade de dar-se efeitos ultraativos à norma processual penal revogada. Recurso de protesto por novo júri que não mais existe no cenário jurídico pátrio. (**Nilo Augusto Francisco Suassuna**) ..... 205
- Embargos a execução extintos por acordo das partes. Reinício dos embargos. Impossibilidade. Execução de promessa de doação levada a efeito em juízo de família. Possibilidades. (**Rafael Luiz Lemos de Sousa**) ..... 225



# JURISPRUDÊNCIA

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### *Jurisprudência Criminal*

– *Habeas corpus*. Constitucional. Processual penal. Execução provisória da pena. Pendência de julgamento dos Recursos especial e extraordinário. Ofensa ao princípio da presunção da inocência: não-ocorrência. Precedentes.

1. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a pendência do recurso especial ou extraordinário não impede a execução imediata da pena, considerando que eles não têm efeito suspensivo, são excepcionais, sem que isso implique ofensa ao princípio da presunção da inocência.

2. *Habeas corpus* indeferido.

(*Habeas Corpus* 90.645 – PE, Primeira Turma, RTJ 205, pp. 260/262) ..... 233

– Execução penal. *Habeas corpus*. Falta grave. Prescrição de infração disciplinar de natureza grave. Art. 109, VI, combinado com art. 111, III, do Código Penal. Ilegalidade. Inocorrência. Ordem denegada.

I - Diante da ausência de norma específica quanto à prescrição da infração disciplinar, utiliza-se, por analogia, o Código Penal.

II - Abandonar o cumprimento do regime imposto configura infração permanente, aplicando-se as regras do art. 111, III, do Código Penal.

III - Ordem denegada.

(*Habeas Corpus* 92.000 – SP, Primeira Turma, RTJ 205, pp. 350/352) ..... 237

– Recurso ordinário em *habeas corpus* – Execução de pena privativa de liberdade – Regime aberto – Cometimento de falta grave – Fuga – Regressão cautelar para regime prisional mais rigoroso – Possibilidade – Inaplicabilidade, ao caso, da regra contida no § 2º do art. 118 da Lei de Execução Penal – Precedentes – Recurso ordinário a que se nega provimento.

(Recurso em *Habeas Corpus* 92.282 – RJ, Segunda Turma, RTJ 205, pp. 356/360) ..... 241

– Recurso extraordinário. Art. 127 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Remissão concedida pelo Ministério Público. Cumulação de medida socioeducativa imposta pela autoridade judiciária. Possibilidade. Constitucionalidade da norma. Precedente. Recurso conhecido e provido.

1. O acórdão recorrido declarou a inconstitucionalidade do art. 127, in

*fine*, da Lei 8.089/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), por entender que não é possível cumular a remissão concedida pelo Ministério Público, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, com a aplicação de medida socioeducativa.

2. A medida socioeducativa foi imposta pela autoridade judicial, logo não fere o devido processo legal. A medida de advertência tem caráter pedagógico, de orientação ao menor e em tudo se harmoniza com o escopo que inspirou o sistema instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

3. A remissão pré-processual concedida pelo Ministério Público, antes mesmo de se iniciar o procedimento no qual seria apurada a responsabilidade, não é incompatível com a imposição de medida socioeducativa de advertência, porquanto não possui esta caráter de penalidade. Ademais, a imposição de tal medida não prevalece para fins de antecedentes e não pressupõe a apuração de responsabilidade. Precedente.

4. Recurso extraordinário conhecido e provido.

(Recurso Extraordinário 248.018 – SP, Segunda Turma, RTJ 205, pp. 422/428).....

247

### *Jurisprudência Cível*

– Direito constitucional e administrativo. Recurso ordinário em mandado de segurança. Concurso público. Candidato portador de deficiência visual. Ambliopia. Reserva de vaga. Inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal. Parágrafo 2º do art. 5º da Lei 8.112/90. Lei 7.853/89. Decretos 3.298/99 e 5.296/04.

1. O candidato com visão monocular padece de deficiência que impede a comparação entre os dois olhos para saber qual deles é o “melhor”.

2. A visão univalente – comprometedora das noções de profundidade e distância – implica limitação superior à deficiência parcial que afete os dois olhos.

3. A reparação ou compensação dos fatores de desigualdade factual com medidas de superioridade jurídica constitui política de ação afirmativa que se inscreve nos quadros da sociedade fraterna que se lê desde o preâmbulo da Constituição de 1988.

4. Recurso ordinário provido.

(Recurso em Mandado de Segurança 26.071 – DF, Primeira Turma, RTJ 205, pp. 203/208).....

255

Jurisprudência Criminal

– **Ementa:** HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PACIENTE SOB A INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL E SEM HABILITAÇÃO. HOMICÍDIO DE 5 PESSOAS. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE DELITO. INDEFERIMENTO DE LIBERDADE PROVISÓRIA SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. *MODUS OPERANDI* DA CONDUTA (PACIENTE DIRIGIA EMBRIAGADO E SEM HABILITAÇÃO UM CAMINHÃO E AO COLIDIR COM OUTROS VEÍCULOS, CAUSOU A MORTE DE CINCO PESSOAS). ALEGAÇÃO DE BAIXA CONCENTRAÇÃO DE ÁLCOOL NO SANGUE E FALTA DE CALIBRAGEM DO BAFÔMETRO. DILAÇÃO PROBATÓRIA INCOMPATÍVEL COM O *MANDAMUS*. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DO *WRIT*. ORDEM DENEGADA.

1. A ação de *Habeas Corpus* não é adequada para examinar alegações que demandem dilação probatória ou que se apresentem essencialmente controvertidas, como a tese de ausência de embriaguez, em razão da natureza célere do *writ*, que pressupõe prova pré-constituída do direito alegado.

2. Sendo inuvidiosa a ocorrência do crime e presentes suficientes indícios de autoria, não há ilegalidade na decisão que mantém a custódia cautelar do paciente, se presentes os temores receados pelo art. 312 do CPP.

3. *In casu*, a segregação provisória foi determinada como garantia da ordem pública, em razão da real periculosidade do paciente, evidenciada pelo *modus operandi* (dirigir embriagado e sem habilitação específica, em alta velocidade e com faróis apagados, um caminhão que, ao colidir em outros 4 automóveis, causou a morte de 5 pessoas).

4. Parecer do MPF pela denegação do *writ*.

5. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada.

(*Habeas corpus* n. 120.167 –PR, Registro n. 2008/0247317-7, Quinta Turma, acórdão retirado do site do STJ, Documento: 5468041, DJ 22.06.2009) .....

Jurisprudência Cível

– **Ementa:** PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGA PARA CRIANÇAS EM CRECHE MUNICIPAL. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA

ORÇAMENTÁRIA. FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DO AUTOR. ÔNUS DA PROVA. ART. 333, II, DO CPC. PRECEDENTES DO STJ.

1. Nos termos do art. 333 do Código de Processo Civil, cabe ao autor demonstrar a veracidade dos fatos constitutivos de seu direito (inciso I) e ao réu invocar circunstância capaz de alterar ou eliminar as conseqüências jurídicas do fato aduzido pelo demandante (inciso II).

2. Apresentada defesa indireta, na qual se sustenta fato impeditivo do direito da parte autora, a regra se inverte, pois, ao aduzir fato impeditivo, o réu implicitamente admite como verídica a afirmação básica da petição inicial, que, posteriormente, veio a sofrer as conseqüências do evento superveniente. Por conseguinte, as alegações trazidas pelo autor tornam-se incontroversas, dispensando, por isso, a respectiva prova.

3. O direito de ingresso e permanência de crianças com até seis anos em creches e pré-escolas encontra respaldo no art. 208 da Constituição Federal. Por seu turno, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu art. 11, V, bem como o ECA, em seu art. 54, IV, atribui ao Ente Público o dever de assegurar o atendimento de crianças de zero a seis anos de idade em creches e pré-escolas.

4. Em se tratando de causa impeditiva do direito do autor, concernente à oferta de vagas para crianças com até três anos e onze meses em creches mantidas pela municipalidade, incumbe ao recorrente provar a suposta insuficiência orçamentária para tal finalidade, nos termos do art. 333, II, do CPC. Precedentes do STJ.

5. Recurso Especial não provido.

(Recurso Especial n. 474.361 – SP, Registro n. 2002/0137138-0, Segunda Turma, acórdão retirado do site do STJ, Documento: 5290355, DJ 21.08.2009) .....

269

– **EMENTA:** RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE REGISTRO CIVIL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO GENÉRICA - RECURSO ESPECIAL, NO PONTO, DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO - APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284/STF - ADOÇÃO À BRASILEIRA - PATERNIDADE SÓCIO-AFETIVA - IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE DE DESFAZIMENTO - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial exige a clara indicação do dispositivo, em tese, violado, bem assim em que medida o aresto *a quo* teria contrariado lei federal, o que *in casu* não ocorreu com relação à pretensa ofensa ao artigo 535 do Código de processo Civil (Súmula n. 284/STF).

2. Em se tratando de adoção à brasileira, a melhor solução consiste em só permitir que o pai-adoptante busque a nulidade do registro de

nascimento, quando ainda não tiver sido constituído o vínculo de sócio-afetividade com o adotado.

3. Recurso especial improvido.

(Recurso Especial n. 1.088.157 – PB, Registro n. 2008/0199564-3, Terceira Turma, acórdão retirado do site do STJ, Documento: 5651341, DJ 04.08.2009) ..... 277

– **Ementa:** COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. VALORES INSIGNIFICANTES. QUEBRA DA EMPRESA. DESCABIMENTO. UNIDADE PRODUTIVA. PRESERVAÇÃO. LEI N. 11.101/2005. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(AgRg no Agravo de Instrumento n. 1.022.464 – SP, Registro n. 2008/0045944-8, Quarta Turma, acórdão retirado do site do STJ, Documento: 5301121, DJ 29.06.2009) ..... 285

## RELÍQUIAS DO JÚRI

– O caso Newton Pereira da Silva e outros – 2º Tribunal do Júri (**Everardo Moreira Lima**) ..... 291

## NOTICIÁRIO

- Manifesto do MP faz Câmara retirar Lei Maluf da lista de prioridades ..... 305
- Governador sanciona projeto de Lei que cria cargos de assessor jurídico no MP ..... 305
- MPRJ prepara campanha para receber donativos em favor dos desabrigados ..... 306
- Tragédia em Niterói: MPRJ visita morro do Bumba ..... 307
- TAC firmado entre a Prefeitura e o MP ..... 308
- XXXI Concurso para Promotor de Justiça Substituto ..... 309
- Capital realiza primeiro encontro da segunda fase do “Gestão Estratégica” ..... 313

– “Administração Presente” retorna ao CRAAI Petrópolis .....	313
– MP de todo o Brasil debate ações visando à Copa 2014 .....	314
– PGJ recebe representação de deputados em relação à tragédia em Niterói .....	314
– AMPERJ socorre as vítimas das chuvas .....	315
– Ouvidoria Itinerante do MPRJ visita o Instituto Benjamin Constant .....	315
– Cerimônia de posse de 28 Promotores de Justiça Substitutos .....	316
– Promotores de Justiça Substitutos iniciam Curso de Capacitação .....	324
– MPRJ e PF debatem atuação em conjunto contra o crime organizado .....	325
– Procurador-Geral de Justiça recebe Medalha Pedro Ernesto .....	325
– Projeto “Conversando com a Sociedade” .....	326
– “Administração Presente” visita o CRAAI Teresópolis .....	327
– Procurador-Geral discute a realização da Rio Eco 2012 .....	327
– Programa Nacional de Comunicação Social do Ministério Público Brasileiro .....	328
– “Administração Presente” visita o CRAAI Duque de Caxias .....	328
– 4º CAO realiza reunião com DEGASE e Promotores de Justiça da Infância e Juventude .....	329
– “Administração Presente” retorna ao CRAAI Cabo Frio .....	330
– Mensagem de Roberto Barroso a propósito do falecimento de Atamir Quadros Mercês .....	330
– “Administração Presente” no CRAAI Nova Friburgo .....	331
– Ouvidoria do MP firma parceria com PF e INTERPOL .....	332
– “Gestão Estratégica” - CRAAIs Niterói e São Gonçalo .....	333
– Ministérios Públicos traçam estratégias de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes .....	333
– Cláudio Soares Lopes visita o CRAAI Nova Iguaçu em continuidade ao projeto Administração Presente .....	334
– Apoio do PGJ em relação a casos de sequestro e desaparecimento de crianças .....	335
– MPRJ e MEC discutem propostas de melhorias para a educação .....	335
– AMPERJ entrega insígnias institucionais aos novos Promotores.....	336
– Procurador-Geral de Justiça recebe representantes do Banco Mundial ..	337

– Audiência pública “Conversando com a Sociedade” é realizada em Volta Redonda .....	337
– Procuradores de Justiça conhecem os projetos do Gempelj .....	338
– Chefe da Polícia Civil visita o Núcleo de Apuração Criminal do MPRJ....	339
– Grupo Administração Presente retorna ao CRAAI Angra dos Reis .....	340
– “Administração Presente” no CRAAI São Gonçalo .....	340
– 4º Congresso Virtual Nacional do Ministério Público .....	341
– Órgão Especial empossa novos Procuradores de Justiça .....	342
– Corregedoria-Geral do Ministério Público .....	342
– Gestão Estratégica realiza o último encontro na Capital .....	343
– Lista sêxtupla para vaga de Desembargador do Tribunal de Justiça ....	344
– Cem mil registros na Ouvidoria do Ministério Público .....	344
– Estagiários do Rio e Niterói tomam posse .....	345
– Estagiários que atuarão no interior do Estado tomam posse .....	345
– Ministério Público promove homenagem ao Professor Afrânio Silva Jardim .....	346
– “Administração Presente” no CRAAI Niterói .....	347
– MPRJ inaugura nova sede em Belford Roxo .....	348
– Convênio entre MP e Polícia reduz a circulação física de 70 mil inquéritos .....	349
– Conselheiro do CNMP, Cláudio Barros Silva, participa do Curso de Capacitação de Promotores do MPRJ .....	350
– Ouvidores-Gerais se reúnem no MPRJ .....	350
– Ambiente: PGJ anuncia criação de coordenações por áreas de tutela coletiva .....	352
– Maria Cristina Menezes de Azevedo é eleita pelo Colégio de Procuradores para o cargo de Corregedor-Geral .....	353
– Procurador-Geral defende atribuições do MP em artigo publicado no jornal <i>O Globo</i> .....	354
– Diagnóstico do Ministério Público da União e dos Estados é assinado em Brasília .....	354

– CNMP lança planejamento estratégico em aniversário de cinco anos	355
– Órgão Especial empossa Maria Cristina Menezes de Azevedo no cargo de Corregedor-Geral .....	356
– Homenagem a Cezar Romero de Oliveira Soares .....	357
– CNPG aprova moção a Cláudio Lopes por seu trabalho de comunicação social .....	357
– Discurso do Procurador de Justiça Ertulei Laureano Matos .....	358
– Novos Procuradores de Justiça .....	362
– Vitaliciamento .....	362
– Aposentadorias .....	362
– Falecimento .....	363
– Ministro do Superior Tribunal de Justiça oriundo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro .....	364
– Desembargadores do Tribunal de Justiça oriundos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro .....	364



ISSN 0103-703-X

www.trf1.jus.br

Número 10 Ano 22 Outubro/2010

# Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

## Ponto de Vista

Reflexões sobre reforma política

Tarcísio Vieira de Carvalho Neto

## Artigos Doutrinários

Condomínio fechado, associação de moradores e lei municipal

Paulo Fernando Silveira

O tratamento jurídico da não surpresa no Direito comparado  
e no ordenamento jurídico tributário nacional

Eduardo Morais da Rocha

## Tópicos Jurídicos

Nem uma Palmadinha?

Mônica Sifuentes

Do fundamento constitucional para o não pagamento de multa tributária na  
falência, segundo a Lei 11.101/2005

Simone Cristine Araújo Lopes

O princípio de eficiência e a necessidade de planejamento

Regis de Souza Araújo

**Editorial** 15

---

**Juramento** 17

---

**Epígrafe** 19

---

**Ponto de Vista** 21

---

Reflexões sobre reforma política

Prof. Tacísio Vieira de Carvalho Neto

**Artigos Doutrinários** 25

---

Condomínio fechado, associação de moradores e lei municipal, 25

Paulo Fernando Silveira

O tratamento jurídico da não-surpresa no Direito comparado e no ordenamento jurídico tributário nacional, 40

Eduardo Morais da Rocha

**Tópicos Jurídicos** 55

---

Nem uma palmadinha? 55

Mônica Sifuentes

O princípio de eficiência e a necessidade de planejamento, 56

Regis de Souza Araújo

Do fundamento constitucional para o não pagamento de multa tributária na falência segundo a Lei 11.101/2005, 58

Simone Cristine Araújo Lopes

**Inovações Legislativas** 67

---

Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010, 67

Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras

Lei 12.324, de 15 de setembro de 2010, 69

Revoga o Decreto-Lei 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-Lei 7.776, de 25 de julho de 1945

**Arguição de Inconstitucionalidade** 71

---

Inexistência de individualização legislativa da pena. Lei 9.472, de 1997, art. 187. Inconstitucionalidade, 71

Arguição de Inconstitucionalidade Criminal 62633820054014000/PI

Relator: Desembargador Federal Tourinho Neto

**Corte Especial – Suspensão da execução da sentença. Remoção de servidor. Ajuda de custo e indenização de transporte.**

**Ausência dos pressupostos para a suspensão, 75**

Numeração única: 0034975-68.2009.4.01.0000

Suspensão de Execução de Sentença 2009.01.00.036245-6/DF

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

**Primeira Seção – Mandado de segurança contra ato de juiz de direito investido de competência federal. Justificação judicial.**

**Procedimento voluntário. Impossibilidade de apreciação do mérito, 80**

Mandado de Segurança 2009.01.00.031409-9/BA

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

**Segunda Seção – Operação Jurupari. Quesitos encaminhados ao juízo coator. Denegação das respostas. Crea/MT. Ausência de interesse de agir. Decisão interlocutória simples. Recurso inexistente. Princípio da fungibilidade recursal. Inaplicabilidade, 82**

Mandado de Segurança Criminal 39464-17.2010.4.01.0000/MT

Relator: Desembargador Federal Tourinho Neto

**Terceira Seção – Concurso público. Exame psicológico. Candidato não recomendado. Ação anulatória do ato administrativo.**

**Prosseguimento no certame. Voto vencido. Decreto 6.944/2009. Aplicação, 84**

Numeração única: 0015218-44.2007.4.01.3400

Embargos Infringentes 2007.34.00.015309-5/DF

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

**Quarta Seção – Ação rescisória. Decisão (indeferindo assistência) sem conteúdo de mérito (art. 485/CPC). Indeferimento da inicial, 87**

Numeração única: 515614920104010000

Agravo Regimental na Ação Rescisória 0051561-49.2010.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

**Primeira Turma – Execução de título judicial. Associação. Autorização individual dos associados para deflagração do processo executivo. Desnecessidade, 89**

Numeração única: 0053109-46.2009.4.01.0000

Agravo de Instrumento 2009.01.00.055298-8/DF

Relator: Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa (convocado)

**Segunda Turma – Aposentadoria. Ato complexo. TCU. Devido processo legal. Repetição de indébito. Exaurimento dos procedimentos administrativos, 94**

Numeração única: 0027163-31.2003.4.01.3800

Apelação/Reexame Necessário 2003.38.00.027155-9/MG

Relator: Desembargador Federal Francisco de Assis Betti

**Terceira Turma – Tráfico internacional de drogas. Pena base. Agravante da paga ou recompensa. Causa de aumento do transporte público e do envolvimento de criança. Causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006. Quantum da redução, 97**

Numeração única: 7194-35.2009.4.01.3601

Apelação Criminal 2009.36.01.007206-0/MT

Relator: Desembargador Federal Tourinho Neto

Quarta Turma – Tráfico de drogas. Associação. Porte ilegal de arma de fogo. Prisão em flagrante. Materialidade delitiva. Indícios de autoria. Garantia da ordem pública. Liberdade provisória. Princípio da presunção de inocência e prisão cautelar. Compatibilidade. Primariedade. Bons antecedentes. Residência fixa. Irrelevância, **102**

*Habeas Corpus* 27772-21.2010.4.01.0000/RR

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Quinta Turma – Porto seco. Anápolis/GO. Terminal totalmente alfandegado. Mandado de Segurança para permitir utilização mista. Liminar concedida. Impugnação da Fazenda Nacional ao argumento de que a admissão de utilização mista é ato discricionário, **105**

Numeração única: 0063611-44.2009.4.01.0000

Agravo de Instrumento 2009.01.00.066268-0/DF

Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

Sexta Turma – Responsabilidade civil. Dano moral. Apuração de eventual irregularidade na concessão de aposentadoria por tempo de contribuição. Instauração de inquérito policial. Denúnciação caluniosa não configurada. Inexistência de ofensa à honra do autor, **111**

Numeração única: 0000308-32.2009.4.01.3500

Apelação Cível 2009.35.00.000326-9/GO

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Sétima Turma – Ação ordinária. Antecipação de tutela. Mercadoria importada. Classificação errônea. Indícios de fraude. Ausência da verossimilhança, **115**

Agravo de Instrumento 0038127-90.2010.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

Oitava Turma – Mandado de segurança. Bagagem desacompanhada. Bens móveis. Herança. Não incidência do Imposto de Importação, **116**

Numeração única: 0046396-70.2000.4.01.0000

Apelação/Reexame Necessário 2000.01.00.056967-7/BA

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

## Decisões Monocráticas

119

Ação cautelar inominada. Indeferimento do pedido liminar formulado para autorização de matrícula no curso superior na (UnB), sob o fundamento de que a discente não concluiu o ensino médio, **119**

Agravo de Instrumento 0054167-50.2010.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Ação civil pública. Tutela antecipada. Determinação que a Defensoria da União lote defensores públicos no Estado do Amapá, **120**

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0052600-81.2010.4.01.0000/AP

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Conflito de competência entre a Primeira e a Quarta Seções do TRF. Execução fiscal de benefício previdenciário. Emenda Regimental 7, **122**

Numeração única 0037499-48.2009.4.01.0000/MG

Conflito de Competência 2009.01.00.038592-6/MG

Relator: Desembargador Tolentino Amaral

**Demandas repetitivas. Simplicidade e agilidade. Contestação arquivada em secretaria. Ausência de violação ao contraditório e à ampla defesa. Benefício situado fora do período abrangido pelo art. 144 da Lei 8.213/91, 125**

Numeração única: 48668-68.2009.4.01.3800

Recurso: 2009.38.00.717984-8/MG

Relatora: Juíza Federal Cristiane Miranda Botelho

**Apresentação de documentos para esclarecimento da causa. Dever da entidade pública. Documentos requisitados em poder de terceiro. Descumprimento de determinação judicial não caracterizado. Multa diária. Impossibilidade, 126**

Numeração única: 0061076-30.2009.4.01.3400

Agravo 2009.34.00.914887-9/DF

Relator: Juiz Federal Náiber Pontes de Almeida

**Saque indevido. Ônus da CEF de obter e guardar as gravações de vídeo que possibilitariam identificar o autor dos saques. Inversão do ônus probatório. Presunção de veracidade das afirmações contidas na inicial. Negligência da CEF, 127**

Numeração única: 0041136-07.2008.4.01.3500

Recurso Inominado 2008.35.00.908327-0/GO

Relator: Juiz Federal Warney Paulo Nery Araujo

**Pensão por morte. Reconhecimento de união estável por decisão com trânsito em julgado. Limitação subjetiva da autoridade da coisa julgada. Terceiro juridicamente interessado, 130**

Numeração única: 0023681-92.2009.4.01.3500

Recurso Inominado 2009.35.00.702276-0

Relator: Juiz Federal Fernando Cléber de Araújo Gomes

## Breviário

**Confira outros julgamentos do TRF-1ª Região, cujos inteiros teores poderão ser consultados na internet ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)).**

Concurso público. Preterimento na classificação. Não ocorrência. Aplicação de regras de desempate.

Ato judicial passível de recurso ou correição. Súmula 267/STF. Não cabimento. Honorários advocatícios. Ausência de prejuízo patrimonial.

Sequestro de bens móveis, imóveis e semoventes. Parque Indígena do Xingu. Operação Matinguari. Desmatamento. Indícios de prática delitiva. Origem ilícita dos bens. Reparação dos danos.

Mandado de segurança. Impetrante. CREA/MG. Nomeação. Médicos plantonistas. Perito *ad hoc*.

Imposto de Renda. Benefícios de complementação de aposentadoria recebidos de entidade fechada de previdência privada. Aplicação das Leis 7.713/1988 e 9.250/1995.

Servidores do Poder Judiciário da União. Gratificação Judiciária. Decreto-Lei 2.173/1984. Pagamento da vantagem como parcela autônoma. Impossibilidade. Incorporação aos vencimentos.

Execução de sentença. Alvará de levantamento. Expedição em nome da parte autora.

Imposto de Renda pessoa física. Crime contra a ordem tributária. Falsidade ideológica e uso de documento falso. Princípio da especialidade. Quitação do débito. Extinção da punibilidade. Circunstância que não é de caráter exclusivamente pessoal. Benefício extensivo a todos os denunciados.

*Habeas corpus*. Liberdade de locomoção. Ameaça. Não caracterização. Inviabilidade do recurso.

Concurso público. Delegado da Polícia Federal. Edital que não prevê reserva de vagas para portadores de necessidades especiais.

Concurso público. Polícia Rodoviária Federal. Candidato portador de colelitíase. Princípio da vinculação ao edital. Não observância. Falta de previsão na norma disciplinadora do certame. Preliminares. Impossibilidade jurídica do pedido e litisconsórcio passivo necessário.

Exame de Ordem. Anulação da prova por identificada: utilização de *letra de forma* nas respostas. Ilegalidade: inexistência de previsão editalícia ou regulamentar.

Estatuto da OAB. Infração do art. 34, XXI e XXIII, da Lei 8.906/1994. Inadimplência. Suspensão. Legitimidade.

---

## Repositórios oficiais de jurisprudência

139

## Normas de envio de artigos doutrinários e tópicos jurídicos à Revista

141

# Revista Jurídica®

---

ANO 58 – NOVEMBRO DE 2010 – Nº 397

## REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal: 03/85  
Superior Tribunal de Justiça: 09/90  
Tribunais Regionais Federais 1ª, 2ª e 4ª Regiões

### FUNDADOR

Prof. Angelito Asmus Aiquel

### DIRETORES

Marco Antônio Coutinho Paixão  
Luiz Antônio Duarte Aiquel

### CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover – Alexandre Pasqualini – Alexandre Wunderlich  
Anderson Vichinkeski Teixeira – Antonio Janyr Dall'Agnol Jr.  
Araken de Assis – Arruda Alvim – Carlos Alberto Molinaro  
Cezar Roberto Bitencourt – Daniel Francisco Mitidiero – Daniel Ustároz  
Darci Guimarães Ribeiro – Eduardo Arruda Alvim  
Eduardo de Oliveira Leite – Eduardo Talamini – Ênio Santarelli Zuliani  
Fátima Nancy Andrichi – Freddie Didier Junior  
Guilherme Rizzo Amaral – Humberto Theodoro Junior  
Ingo Wolfgang Sarlet – Jefferson Carús Guedes  
J.J. Calmon de Passos (*in memoriam*) – João José Leal  
José Carlos Barbosa Moreira – José Maria Rosa Tesheiner  
José Roberto Ferreira Gouvêa – José Rogério Cruz e Tucci  
Juarez Freitas – Lúcio Delfino – Luis Guilherme Aidar Bondioli  
Luís Gustavo Andrade Madeira – Luiz Edson Fachin  
Luiz Guilherme Marinoni – Luiz Manoel Gomes Junior  
Luiz Rodrigues Wambier – Márcio Louzada Carpena  
Mariângela Guerreiro Milhoranza (Coordenadora)  
Ovídio Araújo Baptista da Silva (*in memoriam*)  
Paulo Luiz Netto Lôbo – Rolf Madaleno – Salo de Carvalho  
Sergio Cruz Arenhart – Sérgio Gilberto Porto  
Teresa Arruda Alvim Wambier – William Santos Ferreira

---

# SUMÁRIO

---

## 07 *Editorial*

### *Doutrina Cível*

- 11 Luiz Edson Fachin  
*(Responsabilidade Civil Contemporânea no Brasil: Notas para Uma Aproximação)*
- 21 Luiz Guilherme Marinoni  
*(A Esquecida Necessidade de Igualdade Perante as Decisões Judiciais e a Falta de Perspectiva para o Futuro do "Projeto de CPC")*
- 27 Venceslau Tavares Costa Filho  
*(O Direito Civil Brasileiro em Face das Transformações Econômicas e Sociais da Posse)*
- 45 José Augusto Garcia de Sousa  
*(Em Defesa dos Embargos Infringentes: Reflexões Sobre os Rumos da Grande Reforma Processual)*

### *Doutrina Penal*

- 97 Alberto Wunderlich e Márcio Borba Fernandes  
*(Aspectos Controvertidos da Castração Química Como Forma de Punição para Criminosos Sexuais)*
- 113 Moysés da Fontoura Pinto Neto  
*(O Que Há de Obsceno no Direito? Observações Sobre Violência, Direito e Poder)*

### *Jurisprudência Cível*

- 133 Supremo Tribunal Federal
- 137 Superior Tribunal de Justiça



- 141 Superior Tribunal de Justiça
- 161 Superior Tribunal de Justiça  
*(A Violência Física Moderada Contra Crianças e Adolescentes no Âmbito Intrafamiliar. Acórdão comentado por Igraine Martins G. Pabim)*
- 177 Ementário Cível

### *Jurisprudência Penal*

- 191 Superior Tribunal de Justiça
- 197 Ementário Penal

### *Sinopse de Mudanças Legislativas*

- 203 Legislação Relevante de Novembro de 2010  
(Ementário)

### *Índice Alfabético-Remissivo*

- 205 Cível
- 207 Penal

# REVISTA JURÍDICA EMPRESARIAL

---

ANO 3 – SETEMBRO/OUTUBRO DE 2010 – Nº 16

## DIRETORES

Antonio Janyr Dall’Agnol Junior  
Marco Antônio Coutinho Paixão  
Sérgio Gilberto Porto

## CONSELHO EDITORIAL

Anderson Vichinkeski Teixeira  
Arnoldo Wald  
Caleb Salomão Pereira  
Cesar Roberto Bittencourt  
Daniel Ustárroz (Coordenador)  
Éderson Garin Porto  
Euclides Rosa Filho  
Fábio Ulhoa Coelho  
Gilberto Stürmer  
Giuseppe Vettori  
Gustavo Filipe Barbosa Garcia  
Ives Gandra Martins  
José Augusto Delgado  
José Tadeu Neves Xavier  
Mariângela Guerreiro Milhoranza  
Raúl Cervini  
Ricardo Lobo Torres  
Ruy Rosado de Aguiar Junior  
Vera Maria Jacob de Fradera

---

# SUMÁRIO

---

## 07 *Editorial*

### *Doutrina Nacional*

- 11 Luís Felipe Spinelli  
*(Os Títulos de Crédito Eletrônicos e as  
Suas Problemáticas nos Planos Teórico e Prático)*
- 53 Fernando Costa de Azevedo  
*(O Desequilíbrio Contratual Provocado pela  
Alteração Superveniente da Base Negocial: A Resolução  
e a Revisão Contratual por Onerosidade Excessiva no  
Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor)*
- 91 Roberto Medaglia Marroni  
*(Operatividade do Princípio da Boa-Fé Objetiva na  
Obrigação Tributária)*
- 111 Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti  
*(O Manejo do Registro de Preço e o Compromisso com a Eficiência)*
- 127 Gustavo Filipe Barbosa Garcia  
*(Considerações Sobre a Jornada de Trabalho do Atleta Profissional)*

### *Crônica*

- 139 Daniela Ervis Remião  
*(Análise Juslaboral do Acidente de Percurso)*

### *Atualidades Empresariais*

- 143 Notícias Seleccionadas pelo Editor

### *Jurisprudência Comentada*

- 151 Superior Tribunal de Justiça
- 165 Superior Tribunal de Justiça (O Recurso Especial nº 960.728RJ (2007/0134388-8\*) e a controvérsia sobre a prorrogação do prazo de exploração de patentes concedidas sob a égide da Lei 5.772/71 no Brasil após a

entrada em vigor do TRIPS. Acórdão Comentado por  
Alberto Fett)

### *Jurisprudência*

- 199 Supremo Tribunal Federal
- 205 Superior Tribunal de Justiça
- 209 Superior Tribunal de Justiça
- 221 Superior Tribunal de Justiça
- 231 Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
- 239 Tribunal Superior do Trabalho
- 251 Ementário
- 267 *Sinopse de Mudanças Legislativas*  
(*Legislação Relevante de Setembro a Outubro de 2010*)
- 269 *Índice Alfabético – Remissivo*

# Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

---

Ano VII

Número 38

---

Repositório Autorizado de Jurisprudência  
Supremo Tribunal Federal – nº 38/2007  
Superior Tribunal de Justiça – nº 58/2006

## Editores

Fábio Paixão  
Rogério Rodrigues  
Veruscka Diab  
Walter Diab

## Diretores

Ana Maria Paixão  
Fábio Paixão  
Luiz Antonio Paixão  
Rogério Rodrigues  
Tuchaua Rodrigues

## Conselho Editorial

Ada Pellegrini Grinover – Adeildo Nunes – Amadeu de Almeida Weinmann  
Aury Lopes Júnior – Carlos Ernani Constantino – Celso de Magalhães Pinto  
César Barros Leal – Cezar Roberto Bitencourt – Damásio E. de Jesus  
Élcio Pinheiro de Castro – Fernando Capez – Fernando da Costa Tourinho Filho  
Fernando de Almeida Pedroso – Geraldo Batista de Siqueira – Haroldo Caetano da Silva  
José Carlos Teixeira Giorgis – José Henrique Pierangeli – Luiz Flávio Borges D'Urso  
Luiz Flávio Gomes – Marcelo Roberto Ribeiro – Maurício Kuehne – Renato Marcão  
René Ariel Dotti – Ronaldo Batista Pinto – Sergio Demoro Hamilton

## Colaboradores deste Volume

Amadeu de Almeida Weinmann – César Barros Leal – Damásio de Jesus  
Fabiano Pimentel – Fernando Capez – Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso  
Hugo de Brito Machado – Joaquim Caetano de Almeida – Luiz Flávio Gomes  
Marcellus Polastri Lima – Rejane Weinmann – Renato Marcão

# Sumário

## Doutrina

1. Arma de Fogo Desmuniçada: Crimes de Perigo Abstrato e o STF  
*Damásio de Jesus* ..... 5
2. Porte de Arma Desmuniçada, Ineficaz ou de Brinquedo: Análise da Jurisprudência do STF  
*Fernando Capez* ..... 9
3. A Ação Penal no Crime de Supressão ou Redução de Tributo e a Súmula Vinculante 24  
*Hugo de Brito Machado* ..... 16
4. Tóxicos: Penas Substitutivas no Tráfico e o Populismo Penal Midiático  
*Luiz Flávio Gomes* ..... 28
5. Casa de Prostituição – O Crime do Artigo 229 do Código Penal  
*Renato Marcão* ..... 31
6. A Justiça Restaurativa: Uma Visão Global e sua Aplicação nas Prisões  
*César Barros Leal* ..... 37
7. O Programa Nacional de Direitos Humanos e a Possibilidade da Descriminalização do Aborto  
*Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedrosa* ..... 48
8. A Prisão Invisível  
*Fabiano Pimentel* ..... 54
9. A Aplicação da Teoria da Proporcionalidade Constitucional no Direito Penal  
*Joaquim Caetano de Almeida* ..... 58

## Em Evidência

1. A Escuta Telefônica e Outras Invasões da Intimidade – O Anonimato e sua Ilícitude  
*Amadeu de Almeida Weinmann e Rejane Weinmann* ..... 79
2. Interceptação Telefônica, sua Natureza e Problemas Correlatos  
*Marcellus Polastri Lima* ..... 94

## Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Tráfico de Entorpecentes. Liberdade Provisória. Concessão  
*Rel. p/o Ac. Min. Eros Grau* ..... 105
2. Superior Tribunal de Justiça – Falsificação de Documento. Regime Inicialmente Fechado. Constrangimento Ilegal Evidenciado. Alteração para o Regime Inicialmente Semiaberto  
*Rel. Min. Gilson Dipp* ..... 112

3. Superior Tribunal de Justiça – Remição pelo Trabalho. Tempo Remido Contado como Pena Efetivamente Cumprida <i>Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho</i> .....	119
4. Superior Tribunal de Justiça – <i>Cross-Examination</i> . Questionamento das Testemunhas Diretamente pela Parte. Inversão na Ordem de Formulação de Perguntas. Nulidade. Inocorrência <i>Rel. Min. Og Fernandes</i> .....	123
5. Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Prisão em Flagrante. Excesso de Prazo. Relaxamento da Prisão <i>Relª Desª Fed. Liliane Roriz</i> .....	128
6. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul – Progressão de Regime. Delito Cometido antes da Vigência da Lei nº 11.464/07. Reincidência. Configuração <i>Rel. Des. Claudionor Miguel Abs Duarte</i> .....	130
7. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – Tráfico de Entorpecentes. Palavra dos Policiais. Dúvida. Absolvição <i>Rel. Des. Marco Antônio Ribeiro de Oliveira</i> .....	134
8. Tribunal de Justiça de São Paulo – Violência Doméstica. Lesão Corporal Gravíssima. Réu em Tratamento de Dependência de Álcool. Regime Prisional. Abrandamento. Cabimento <i>Rel. Des. Willian Campos</i> .....	138
9. Divergência Jurisprudencial .....	142
10. Ementário .....	143
Sinopse Legislativa .....	162
Destques dos Volumes Anteriores .....	163
Índice Alfabético-Remissivo .....	164

# Revista SÍNTESE

## DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

ANO XI — Nº 68 — NOV-DEZ 2010

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

### REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Superior Tribunal de Justiça — Nº 45/2000  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região — Nº 20/2001  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região — Nº 1999.02.01.057040-0  
Tribunal Regional Federal da 3ª Região — Nº 19/2010  
Tribunal Regional Federal da 4ª Região — Nº 07/0042596-9  
Tribunal Regional Federal da 5ª Região — Nº 10/2007

### DIRETOR

Elton José Donato

### GERENTE EDITORIAL

Maria Liliana C. V. Polido

### EDITORA

Simone Costa Salleti Oliveira

### CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover, Antônio Carlos Marcato, Araken de Assis, Arruda Alvim,  
Athos Gusmão Carneiro, Ênio Santarelli Zuliani, Humberto Theodoro Jr.,  
João Baptista Villela, José Carlos Barbosa Moreira, José Rogério Cruz e Tucci,  
Nehemias Domingos de Melo, Ricardo Raboneze, Sérgio Gilberto Porto,  
Sívio de Salvo Venosa

### COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Adriano Martins de Holanda, André Carmelindo Alves, Gabriela Oliveira Freitas,  
Guilherme Soncini da Costa, Julio Pinheiro Faro Homem de Siqueira, Junio Graciano Homem de Siqueira,  
Leandro Costa Saletti, Nehemias Domingos de Melo, Pedro A. Batista Martins, Renata Siqueira Julio,  
Yvana Savedra de Andrade Barreiros, Wellington de Serpa Monteiro,  
Weslley Carlos Ribeiro



**Assunto Especial****ARBITRAGEM – ASPECTOS GERAIS, APLICAÇÃO E EXECUÇÃO****DOCTRINAS**

1. Arbitragem  
Guilherme Soncini da Costa..... 7
2. A Arbitragem no Brasil  
Pedro A. Batista Martins ..... 21
3. Arbitragem  
Leandro Costa Saletti..... 31
4. Arbitragem nos Conflitos de Consumo  
Yvana Savedra de Andrade Barreiros..... 45
5. Execução de Sentença Arbitral  
Gabriela Oliveira Freitas ..... 57

**JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**

1. A Constitucionalidade da Lei de Arbitragem  
André Carmelindo Alves ..... 65

**JURISPRUDÊNCIA**

1. Acórdão na Íntegra (STJ)..... 70
2. Ementário..... 76

**Parte Geral****DOCTRINAS**

1. Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo  
Nehemias Domingos de Melo..... 82
2. Liminares Concedidas em Mandado de Segurança de Competência Originária de Tribunal de Justiça: a Necessidade da Reforma Introduzida pela Lei nº 12.016/2009  
Adriano Martins de Holanda ..... 98
3. Honorários Advocatícios Sucumbenciais e o Artigo 29-C da Lei nº 8.036  
Julio Pinheiro Faro Homem de Siqueira e Junio Graciano Homem de Siqueira ..... 125
4. Responsabilidade Civil e Tabagismo: uma Análise das Decisões do Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Weslly Carlos Ribeiro e Renata Siqueira Julio ..... 132

## **JURISPRUDÊNCIA**

### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça .....	140
2. Superior Tribunal de Justiça .....	148
3. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.....	155
4. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....	162
5. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	167
6. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	171
8. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....	178

### EMENTÁRIO

1. Ementário de Jurisprudência Civil, Processual Civil e Comercial .....	183
--	-----

## **Seção Especial**

### **COM A PALAVRA, O PROCURADOR**

1. O Novo Processo de Execução Civil: Importância e Reflexos na Execução Fiscal Wellington de Serpa Monteiro .....	217
--	-----

<b>Clipping Jurídico .....</b>	<b>233</b>
--------------------------------	------------

<b>Súmula .....</b>	<b>237</b>
---------------------	------------

<b>Bibliografia Complementar .....</b>	<b>238</b>
--	------------

<b>Índice Alfabético e Remissivo .....</b>	<b>239</b>
--	------------

<b>Normas Editoriais para Envio de Artigos .....</b>	<b>244</b>
--	------------